

**UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**MOVIMENTO LGBTQI+ E A EXCLUSÃO SOCIAL: UMA LUTA POR DIREITOS  
SOCIAIS.**

<b>Amanda Andrade</b>	<b>RA N2034J5</b>
<b>Laryssa Carvalho</b>	<b>RA N1715H7</b>
<b>Yasmim Reis</b>	<b>RA D400932</b>

**Orientadora:  
Profª Dra. Giselle Soares**

**SANTOS / SP  
2020**

**AMANDA ANDRADE  
LARYSSA CARVALHO  
YASMIM REIS**

**MOVIMENTO LGBTQI+ E A EXCLUSÃO SOCIAL: UMA LUTA POR DIREITOS  
SOCIAIS.**

Trabalho de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais e Comunicação da Universidade Paulista como parte da matéria Trabalho de Conclusão de Curso - TCC dentro dos requisitos necessários para obtenção do grau de Bacharel no curso de Serviço Social.

**Orientadora:  
Prof<sup>a</sup> Dra. Giselle Soares**

**SANTOS / SP  
2020**

Andrade, Amanda;

Movimento LGBTQI+ e a Exclusão Social: Uma Luta por  
Direitos Sociais / Carvalho, Laryssa. Reis, Yasmim.  
Santos/SP, 2020. 105 páginas.

Monografia (Trabalho de Curso)  
Universidade Paulista - UNIP, 2020.

Instituto de Ciências Humanas  
Curso de Serviço Social

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Giselle Soares

1. Movimentos Sociais
2. Exclusão Social
3. Diversidade Sexual

**Curso de Serviço Social**  
**UNIP / Campus Rangel / Período Matutino**  
**2020**

**NOME DOS ALUNOS:**

Amanda Andrade de Magalhães  
Laryssa Letticia Cruz de Carvalho  
Yasmim Reis de Souza França.

**Tema do Trabalho de Curso:**

MOVIMENTO LGBTQI+ E A EXCLUSÃO SOCIAL: UMA LUTA POR DIREITOS SOCIAIS.

**Comissão Examinadora:**

---

**Examinador (1)**

---

**Examinador (2)**

---

**Examinador (3)**

---

**Coordenador de Curso**

**Observações:**

---

---

---

**DATA DA APROVAÇÃO:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Dedicamos este documento ao Prof. Dr. Evandro Prestes Guerreiro e a Prof. Dra. Giselle Soares, que através de seus conhecimentos e empenho puderam nos conduzir a realizar esse estudo.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos familiares e amigos de cada uma de nós, que nos deram suporte e não nos deixaram desistir mesmo quando chegamos a achar que os erros iriam se sobressair aos acertos.

Ao curso de Serviço Social da UNIP Santos, que nos incentiva a cada dia mais a não desistir de nossos objetivos e sonhos. Foi a partir da escolha desse curso que nós três nos unimos academicamente, mas também em nossas vidas, criando um laço de amizade e companheirismo eterno.

Aos professores do nosso curso, por cada conhecimento compartilhado conosco em sala de aula, para que pudéssemos crescer e aprender cada dia mais, podendo desenvolver e nos tornar bons profissionais de Serviço Social. Em especial para a Professora Ana Lucia dos Santos, que é um grande exemplo do tipo de profissional que queremos ser futuramente. Ao professor Dr. Evandro Prestes Guerreiro que nos auxiliou no início dessa caminhada de pesquisadoras. A professora Fausta A O Pontes Mello, pelos seus conhecimentos e puxões de orelha. Ao professor Marcos Pasquantonio, por todos os seus conhecimentos, poesias e “alohas”, suas aulas, independente da matéria, nos mostram leveza, e nos fazem enxergar o mundo como ele realmente é. Além dos professores Sandra Maria Alves e Odair Dias Filho, que mesmo com um menor tempo nos acompanhando, contribuíram para a nossa formação. E claro, a professora Dr. Giselle Soares que através de suas orientações conseguimos finalizar esta pesquisa e concluir este ciclo.

E a todos que fizeram parte desse processo, nos ajudando mentalmente e espiritualmente de forma que pudéssemos chegar até aqui, a todos que se importaram, sanaram nossas dúvidas, entenderam nossas angústias e pensaram em nós com carinho, o nosso sincero e grandioso obrigado.

*“A desigualdade dos direitos é a primeira condição para que haja direitos” (FRIEDRICH WILHELM NIETZSCHE)*

## SUMÁRIO

RESUMO.....	I
ABSTRACT.....	II
LISTA DE SIGLAS.....	III
LISTA DE FIGURAS E IMAGENS.....	V
LISTA DE GRAFICOS.....	VI
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1. CAPITULO I: A HISTORICIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A PERSPECTIVA DO MOVIMENTO LGBTQI+ NO MUNDO E NO BRASIL.....</b>	<b>12</b>
1.1 O Surgimento da Sociedade Burguesa e a Questão Social.....	13
1.2 Cidadania e a Exclusão Social.....	16
1.3 A historicidade dos Movimentos Sociais no Mundo e no Brasil.....	18
1.4 Os primeiros fragmentos do Movimento LGBTQI+ no Mundo e no Brasil.....	21
1.4.1 Nomenclaturas e Bandeiras do Movimento LGBTQI+.....	23
<b>2. CAPITULO II: A LEGITIMAÇÃO DOS DIREITOS CIVIS E SOCIAIS DO MOVIMENTO LGBTQI+ E SUAS REIVINDICAÇÕES NO TOCANTE A SOCIEDADE BRASILEIRA.....</b>	<b>26</b>
2.1 Garantia de Direitos ao Movimento LGBTQI+.....	26
2.2 Legitimação dos Direitos ao Segmento.....	32
2.3 As Demandas do Movimento e suas Reivindicações.....	34
2.4 O Movimento LBGBT: Informações Midiáticas, Notícias e Atualidades.....	39



<b>3. CAPITULO III: O SERVIÇO SOCIAL E O MOVIMENTO LGBTQI+.....</b>	<b>41</b>
3.1 A Institucionalização do Serviço Social como Profissão em Território Brasileiro.....	41
3.2 O Surgimento do Trabalho do Serviço Social Diante a Esfera dos Movimentos Sociais.....	48
3.3 O Serviço Social Enquanto Categoria Atuante na Esfera do Movimento LGBTQI+.....	51
<b>4. CAPITULO IV: O MOVIMENTO LGBTQI+ EM CAMPO: INVESTIGAÇÕES E RESULTADOS.....</b>	<b>56</b>
4.1 Pesquisa Exploratória e a Comunidade LGBT.....	56
4.2 Campo e Teoria: O Movimento LGBT no Cotidiano.....	57
4.3 Discussões e Resultados da Hipótese.....	61
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....</b>	<b>74</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>92</b>

**RESUMO**

ANDRADE, Amanda. Movimento LGBTQI+ e a Exclusão Social: Uma Luta por Direitos Sociais. / Carvalho, Laryssa. Reis, Yasmim. Monografia (Trabalho de Curso - TC) - Instituto de Ciências Humanas - ICH – Serviço Social, Universidade Paulista - UNIP, Santos, 2019.

Este trabalho apresenta uma abordagem metodológica baseada na história do Movimento LGBTQI+, focando nos aspectos que excluem esse segmento de demandas sociais e as principais consequências que a comunidade sofre sem a atenção do Estado para a criação de políticas públicas que compreendam todos os aspectos dos envolvidos dentro do movimento social e, também, da criação de leis concretas de proteção aos mesmos, de forma a diminuir e/ou erradicar o preconceito contra a liberdade de expressão e, mais importante ainda, a diversidade sexual que é tão predominante no Brasil.

Palavras-chave: Social, Exclusão, Diversidade, Gênero, Preconceito, Direitos.

**ABSTRACT**

ANDRADE, Amanda Movimento LGBTQI+ e a Exclusão Social: Uma Luta por Direitos Sociais. / Carvalho, Laryssa. Reis, Yasmim. Monografia (Trabalho de Curso - TC) - Instituto de Ciências Humanas - ICH – Serviço Social, Universidade Paulista - UNIP, Santos, 2019.

This research presents a methodological approach based on the history of LGBTQI+ Movement, focusing on the aspects that exclude this community from social demands and the main consequences of this exclusion, since the State doesn't give them the attention required to create public policies that embraces all the aspects of those involved in the social movement, and also the creation of factual laws to protect them, so as to reduce and eradicate the prejudice against their freedom of expression and, most importantly, the sexual diversity that is prevailing in Brazil.

**Keywords:** Social, Exclusion, Diversity, Genre, Prejudgement, Rights.

**LISTA DE SIGLAS**

UNIP	Universidade Paulista
ICH	Instituto de Ciências Humanas
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queer, Intersex+
HIV	Síndrome de Imunodeficiência adquirida
ONU	Organização das Nações Unidas
HSH	Homens que fazem Sexo com Homens
OMS	Organização Mundial da Saúde.
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde.
ONGs	Organizações não Governamentais
ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos.
ABL	Articulação Brasileira de Lésbicas.
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas.
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais.
CNT	Coletivo Nacional de Transexuais.
CBB	Conselho Brasileiro de Bissexuais.
CIS	Cisgênero
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho.

CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CREES	Conselho Regional de Serviço Social
PAIF	Proteção e Atenção Integral a Família.
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos.
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio.
MISS	Museu da Imagem e do Som de Santos
IST	Infecção Sexualmente Transmissível.

**LISTA DE FIGURAS IMAGENS**

Figura 1 - Linha do Tempo Bandeiras LGBTQI+.....	24
Figura 2 – Jornal lampion da esquina.....	35
Figura 3 – Revista QUIR.....	36
Figura 4 – Revista EPOCA e Revista VEJA.....	37
Figura 5 – Filmes Brasileiros com Temática LGBT.....	38
Figura 6 – Series com Personagens LGBT.....	39
Figura 7 – Felix e Niko – Viver a Vida.....	40
Figura 8 – 2º Parada do orgulho LGBT de Santos.....	59
Figura 9 – Boneco do Gênero.....	63

**LISTA DE GRAFICOS**

Gráfico 1 Políticas Públicas a Favor do Movimento LGBT.....	62
Gráfico 2 Preconceito relatado dentro do processo de profissionalização...	63
Gráfico 3 Orientação Sexual.....	64
Gráfico 4 Sobre a Importância de o Estado Engendrar Leis e Políticas LGBT.....	65
Gráfico 5 A afirmação do Art.64 do Ministério da Saúde pode ser considerada discriminatória com a população LGBT? .....	66

## INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa a seguir aborda o contexto do Movimento LGBTQI+ em meio à exclusão social, sua história de luta e busca por direitos sociais, concentrando-se principalmente nas consequências que atormentam o segmento em detrimento de tal exclusão. Em razão disso, procurou-se explicar e mapear o objetivo geral e suas especificidades, de forma a delimitar o que está sendo pesquisado. Dessa forma, adentrando o viés da exclusão social focando na falta de direitos e na não liberdade de expressão da comunidade LGBTQI+, e na justificativa que leva a tais expressões, quando na sociedade vigente a diversidade sexual é tão presente. Para isso, apropriou-se de estudos de diversos autores do Serviço Social, fazendo uma análise da origem da exclusão social desde o início do capitalismo no Mundo e no Brasil, de forma a entender como isso acontece de maneira geral e por que esse aspecto acaba por ser encontrado dentro do Movimento LGBTQI+.

Com relação aos conteúdos apresentados, iniciamos com os movimentos sociais no Brasil que se fortaleceram em meados do século XVI, tendo o objetivo de mostrar para a sociedade que algo estava errado com o governo vigente. Eles ganham mais força após a ditadura militar em 1964, com estudantes universitários e os operários. Dentro dos movimentos sociais existem várias vertentes, como por exemplo o movimento operário, movimento sindical, estudantil e o movimento LGBTQI+, que seria uma perspectiva a favor do grupo de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *dragqueen*, intersex e outros que não se identificam com a orientação sexual “cisgenera” — concordância entre a identidade de gênero do indivíduo com o gênero associado ao seu sexo. Em meados do século XX, o grupo LGBTQI+ passou a ter uma maior visibilidade e, diante desse aspecto, se iniciou o que é conhecido hoje em dia como o Movimento Social LGBTQI+.

A luta desse segmento se deu em questão da falta de direitos de cidadania, liberdade de expressão e do constante preconceito verbal, moral e físico que os membros do movimento sofriam nas ruas, no trabalho, dentro de sua casa e



dentro do próprio Estado, com a falta de políticas de proteção à comunidade e a falta de leis que os incluíssem e demonstrassem a igualdade que deveriam ser tratado junto do resto da sociedade heteronormativa. Durante os anos que se seguiram após a consciência de classe que a população LGBTQI+ tomou, foram feitas diversas manifestações, protestos e houve uma intensa organização dos dirigentes do Movimento para que se fosse levado em conta pelo Estado e pela população todas as dificuldades que essas pessoas passavam para serem considerados “normais” e detentores de direitos como qualquer cidadão.

Depois de anos de luta, algumas medidas foram conquistadas a ponto de trazer algum tipo de conforto para essa parte da população, entretanto, sem levar em conta o aspecto do preconceito diante da diversidade sexual vigente no mundo e, principalmente, no território brasileiro, é possível perceber que esse segmento ainda não é tratado como igual dentro dos aspectos econômico, educacional, profissional e social.

Nesse sentido, procurou-se caracterizar a prática do Assistente Social no processo de inclusão de grupos vulneráveis socialmente, com foco no Movimento LGBTQI+, tendo em vista o acesso aos direitos de cidadania e livre expressão, identificar como o Assistente Social atua diante da situação de luta por direitos sociais para grupos em situação de vulnerabilidade, caracterizando as causas e consequências da vulnerabilidade de grupos minoritários e mapeando as principais ações de inclusão social que são promovidas pelo Movimento LGBTQI+ além de qualificar como o acesso aos direitos de cidadania e de expressão são comunicados pelo Movimento LGBTQI+.

Tendo um enfoque inicial no que a questão social e o que suas expressões de desigualdade representam para a sociedade num âmbito geral, e paralelamente, o movimento LGBTQI+, tem uma relação de exclusão com a sociedade, onde o membro do mesmo é definido socialmente como uma discrepância de gênero muito forte. A exclusão social seria causada por certo afastamento e prevenção e alguns indivíduos, que acabam sendo marginalizados. E é nesse sentido que entra o papel do Assistente Social, na defesa de direitos, lutam junto aos diversos movimentos sociais existentes na

sociedade para que cada um deles tenha seus direitos básicos de sobrevivência e suas necessidades, segundo as suas características particulares, atendidos, da mesma maneira que a camada privilegiada da população brasileira os possui.

Com lutas pela criminalização da homo/lesbo/bi/trans-fobia; o fim da criminalização da homossexualidade; o reconhecimento da identidade de gênero; a despatologização das identidades trans; fim da “cura gay”; casamento civil igualitário; permissão de adoção para casais homo-afetivos; laicidade do Estado e o fim da influência da religião em assuntos políticos; leis e políticas públicas que garantam o fim da discriminação em lugares públicos; e o fim da estereotipação da comunidade LGBT na mídia, assim como real representatividade dela, esse segmento busca seu reconhecimento e representação dentro das esferas públicas como forma de ter um amparo concreto que tenha venha de pessoas que tenham propriedade para exercer em prol de seus semelhantes.

A concepção dominante de que a heterossexualidade é uma característica natural, e não socialmente construída, sustenta a desigualdade político-cultural existente entre os heterossexuais e a comunidade LGBTQI+, e o mito de que vivemos em uma democracia plena se desfaz sempre que é realizada uma pesquisa a respeito da situação de algum grupo social subalterno. Com isso, sabendo da exclusão social para com o Movimento LGBTQI+, durante essa pesquisa procurou-se elencar maneiras de como poderia ser feita a afirmação, o reconhecimento e a ampliação dos direitos sociais para o segmento LGBTQI+, para que assim aumente a visibilidade ao mesmo, e por assim dizer, colaborar para a concretização da plena cidadania ao movimento.

Fazendo uma breve introdução aos tópicos, está pesquisa está separada em quatro capítulos, o primeiro dialogamos com a historicidade dos movimentos sociais e a perspectiva do movimento no mundo e no Brasil, focando no surgimento da sociedade burguesa e a questão social; a cidadania e a exclusão social; os fragmentos do movimento no mundo e no Brasil e as nomenclaturas das bandeiras LGBT. No capítulo dois, expõe sobre a legitimação dos direitos e suas reivindicações perante a sociedade brasileira, dando enfoque na garantia dos direitos, legitimação, as demandas, e as notícias e atualidades que envolvem

a legitimidade do mesmo. Já o capítulo três, mostra a relação do serviço social com o movimento LGBTQI+, dando enfoque na institucionalização da profissão; o surgimento do trabalho envolto da esfera dos movimentos sociais; e o Serviço Social enquanto esfera atuante para com o movimento LGBTQI+. E por último o capítulo quatro, que é voltado para as análises constatadas durante essa pesquisa, sendo as investigações e resultados, focando na pesquisa exploratória, relação do campo e teoria; e por último as discussões finais da hipótese.

## **1 CAPÍTULO I: A HISTORICIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A PERSPECTIVA DO MOVIMENTO LGBTQI+ NO MUNDO E NO BRASIL.**

Os movimentos sociais tiveram seu início a partir da Primeira Revolução Industrial, onde os operários se revoltaram contra a burguesia e suas máquinas e passaram a destruí-las como forma de protestar por condições mais dignas de trabalho.

Os primeiros movimentos sociais eram sempre pautados pela temática trabalho, vinculados a contradição do capital/trabalho, como dito anteriormente, em sua maioria buscavam negociar horário de expediente e salários melhores. Essas “trade-unions” como ficaram conhecidas na Inglaterra, sempre ocasionavam greves quando seus pedidos não eram atendidos, mas apesar das greves, os mesmos tinham as “Caixas de Resistência” as quais auxiliavam os operários durante a greve, ou até mesmo aqueles sem empregos.

Os novos movimentos sociais têm uma temática complementar aos movimentos clássicos, emergiram a partir da década de 60 e 70, tendo o seu marco a partir das revoluções, ditaduras e o Maio Frances de 1968. E através disso foram-se criados os movimentos conhecidos atualmente, sendo os ecológicos, urbanos, antinucleares, estudantis, feministas, dos homossexuais, sobre os direitos civis dos negros, entre outros. (ANTUNES, 1999).

Dentro dos movimentos sociais está o debate das minorias sociais, que nem sempre estão em “minorias” na sociedade, de um modo geral os mesmos estariam em uma desvantagem social, já que são os segmentos dominantes que definem esse padrão, segundo o sociólogo Luís de Gonzaga Mendes Chaves, “[A palavra minoria se refere a] um grupo de pessoas que de algum modo e em algum setor das relações sociais se encontra numa situação de dependência ou desvantagem em relação a outro grupo, “majoritário”, ambos integrando uma sociedade mais ampla. As minorias recebem quase sempre um tratamento discriminatório por parte da maioria.” As categorias que rodeiam as minorias, geralmente permeiam entre a vulnerabilidade social, a identidade em formação, luta contra privilégios de grupos dominantes e estratégias discursivas. (CHAVES, 1971)

O Movimento LGBTQI+ se pautou principalmente na busca por direitos sociais e no pleno reconhecimento de seus membros como pessoas de direitos, além da diminuição da discriminação que ocorre em diversos aspectos da vida da comunidade pautada diante de uma característica pessoal do indivíduo, mas que o capitalismo reprime, pois assim consegue controlar a sociedade com mais afincamento e facilidade. O movimento mostra uma trajetória de luta, ininterrupta desde que teve seu início, e que ainda possui um grande caminho a ser percorrido para conseguir a garantia de pleno acesso aos direitos sociais, políticas públicas voltadas para os mesmos, e leis que os amparem tanto relacionada a inclusão plena de toda a diversidade, como em detrimento dos episódios de violência e discriminação para com esse segmento.

### **1.1 O Surgimento da Sociedade Burguesa e a Questão Social**

Desde o feudalismo, iniciado no século V e indo até o século XV, substituído depois para o mercantilismo, onde se iniciou o capitalismo, que segundo a autora Ellen M. Wood (1999), o capitalismo seria um:

Sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de troca lucrativa; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria à venda no mercado; e em que, como todos os agentes econômicos dependem do mercado, os requisitos da competição e da maximização do lucro são as regras fundamentais da vida. Por causa dessas regras, ele é um sistema singularmente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos. Acima de tudo, é um sistema em que o grosso do trabalho da sociedade é feito por trabalhadores sem posses, obrigados a vender sua mão-de-obra por um salário, a fim de obter acesso aos meios de subsistência. No processo de atender às necessidades e desejos da sociedade, os trabalhadores também geram lucros para os que compram sua força de trabalho. Na verdade, a produção de bens e serviços está subordinada à produção do capital e do lucro capitalista. O objetivo básico do sistema capitalista, em outras palavras, é a produção e a auto-expansão do capital por meio da exploração massiva dos trabalhadores (WOOD, 1999 p. 12, apud ROIZ, 2009, p.300).

A desigualdade se mostra aparente em todos os aspectos, seja ela antes da existência de uma moeda, onde a riqueza era representada pela quantidade de terras que o indivíduo possuía, ou, seja pelo mercantilismo, onde o acúmulo de ouro e metais preciosos eram mais importante para os reis, donos de terra e para o clero. Foi nesse âmbito do início do capitalismo e início da sociedade burguesa que se deu início ao que hoje conhecemos e usamos como objeto de trabalho: a questão social. Dessa desigualdade exacerbada, se ocasionou a questão social, que segundo lamamoto (1998):

Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (lamamoto, 1998, p.27)

A sociedade burguesa surgiu assim que se passou a usar a moeda como forma de pagamento. Aqueles que possuíam o capital eram os que possuíam mais poder dentro da sociedade, enquanto os que não possuíam, vendiam sua força de trabalho para os donos de capital que eram donos das novas fábricas que emergiram no século XVIII. Como a venda da força de trabalho era feita de forma exploratória por parte dos donos das indústrias e fábricas, o proletariado passou a se revoltar com as barbáries pelas quais passavam dentro de seu ambiente de trabalho, iniciando assim a Revolução Industrial.

Surgiu na Europa, no século XIX, sendo um conjunto de expressões que definem essa desigualdade da sociedade, advinda naquela época pelo conflito do capital x trabalho, as tais expressões da questão social vieram com um objetivo de formulação de políticas públicas para a classe operária, que vivia em condições subalternas, condição conhecida também como pauperismo (NETTO, 2011), que tinham sua força de trabalho explorada dentro das fábricas, sem respaldo na saúde, com moradias precárias, vivendo na miséria e convivendo com a fome constante, muitas vezes morrendo dentro das fábricas, consumidos pelo cansaço e por doenças que adquiriram pela falta de cuidado.

Além disso, a divisão de classes sociais presente desde a divisão entre senhor feudal, nobreza, clero e camponeses (plebeus), e que passou a se dividir entre burguesia e proletariado, segundo Karl Marx, passou a ser presente e notória, como estudo de Martinelli (2000, p.42) analisa:

[...] o sistema capitalista vai presentificando-se [...] arrastando em sua esteira a pauperização da extensa camada da população. [...] Ao passo que o capitalismo se consolidava, irá abrir uma grande fratura na sociedade, se expressando através de múltiplas fragmentações que lhe são características: a divisão da sociedade em classes, a divisão social do trabalho, a desigual distribuição das atividades e do produto das mesmas [...] (MARTINELLI, 200. P.42)

Ademais, o capital adquirido pelos donos de indústrias e fábricas não era distribuído de forma justa com os funcionários; pouco do lucro era usado para o pagamento dos trabalhadores. E é nessa lógica de distribuição de renda desigual e de classes sociais que nascem as desigualdades sociais e a exclusão social. O indivíduo que tem maior poder aquisitivo possui privilégios dentro da sociedade capitalista, como educação de qualidade, condições melhores de saúde e melhor posição social vivendo da produtividade produzida pelo proletariado. Enquanto isso, o proletariado, que não é dono de capital e tinha como única fonte de riqueza a sua força de trabalho — a qual ele vendia — possuía condições limitadas de educação, saúde, trabalhando de 14-16 horas por dia, vivenciando acidentes de trabalho, com o uso da mão de obra infantil e recebendo punições físicas dos donos de sua força de trabalho caso notassem baixa produtividade ou indisciplina, não possuindo os aspectos que eram necessários para sua sobrevivência.

É levando em conta essa posição em que a sociedade se encontra que surge a Sociedade da Organização da Caridade, no século XIX, ministrada pela Igreja Católica como uma forma de conter o proletariado que se revolta com as condições em que estavam sujeitados, juntamente com a sociedade burguesa, sendo assim o primeiro resquício do Serviço Social, onde as senhoras burguesas trabalhavam junto a Igreja Católica com ações de caridade diante da subalternidade que a classe trabalhadora vivia, entretanto, em uma perspectiva conservadora e alienante, pois é feita não por uma preocupação com a classe

trabalhadora, mas sim como uma forma de manter o proletariado longe de qualquer rebeldia por conta de como eram tratados pelos donos das fábricas. É nesse sentido, segundo Yamamoto (1997, p.14), que a questão social que emergiu nessa época é, além de expressões da desigualdade, uma rebeldia, pois contém indivíduos que dela vivenciam e a ela se opõem.

Rebeldia essa que pode ser percebida forma de Sindicatos e as Sociedades de Resistência, criados pelas Ligas Operárias, surgidos juntamente com a industrialização do século XIX, como um processo espontâneo de defesa dos interesses dos operários em relação às duras condições de trabalho citadas acima. Ou ainda, a rebeldia em forma de revoltas, conhecidas como luta de classes, que era a expressão dos conflitos entre as diferentes classes sociais, que possuíam interesses diferentes e que eram impossíveis de serem conciliados.

Entretanto, mesmo com o proletariado lutando contra o acúmulo de capital na mão da minoria, o capitalismo continuou se movimentando, de forma que cada vez mais a população empobrecida crescia, o número de desempregados aumentava, aumentando o chamado exército de reservas, conceito desenvolvido por Karl Marx.

Dessa forma, é possível entender então que a questão social, não é apenas uma expressão da pobreza material, mas da pobreza social, política e intelectual do indivíduo, de forma que não há apenas pobreza diante do capital, como também diante da sociedade, sendo um leigo político e intelectual, pois a desigualdade exclui o indivíduo em todos os aspectos.

## **1.2 Cidadania e a Exclusão Social**

No final dos anos 80 e começo dos anos 90, a questão social era muito voltada à era militar que o país acabara de atravessar, em 1988 foi colocada em vigor a nova constituição, a qual prometia um país mais social e uma visão de cidadania ampliada. Segundo a autora Vera Telles (1992):

Revisitando o modo como a questão social configurou-se historicamente na tradição da “cidadania regulada” inaugurada nos anos 30, tenta-se aí



desenhar os contornos de um horizonte simbólico que projeta a pobreza em uma espécie de paisagem que incomoda a todos, mas que, tal como a natureza, se estrutura fora e por fora da trama das relações sociais. (Telles, 1992)

Nessa citação, a autora comenta sobre o termo “cidadania regulada”, que foi um termo proposto por Wanderley Guilherme dos Santos, o qual caracteriza uma sociedade onde a cidadania é velada aqueles que são privilegiados pelo sistema. Fazendo um paralelo com a comunidade LGBTQI+ e seu processo sócio histórico brasileiro, é perceptível que a mesma sofreu e ainda sofre com a exclusão por esse sistema de cidadania regulada ainda ser presente no Brasil. No texto a autora traz a discussão para o âmbito da pobreza, mas facilmente podemos encaixar esse discurso em realidades de diversas outras minorias, a comunidade LGBTQI+, por exemplo, também sofre diariamente com os contornos desse horizonte imaginários que tentam esconde-los e/ou repreende-los por suas imagens e discursos “incômodos” aos olhos das massas.

“Se é verdade que essas noções nunca chegaram a se constituir plenamente na sociedade brasileira, a complicação atual é o bloqueio de sua própria enunciação, ou por outra: a possibilidade de nomeação da questão pública é obstruída. E é por esse lado que talvez se possa apreender o sentido do atual desmanche dos (limitados) direitos e conquistas sociais da década anterior” (Telles, 2013)

Neste trecho a autora cita referência às noções de bem público e responsabilidade pública, ou seja, questão sobre a cidadania que segundo ela seriam fundamentais para se alcançar uma sociedade equitativa e empática. A autora dessa vez nos traz as barreiras que as minorias encontram ao tentar se pronunciar e expor suas causas, de forma que a sociedade brasileira já criara uma resistência para com esses assuntos. Vera Telles ainda traz os medos e inseguranças do retrocesso dos pequenos passos que a sociedade já tem avançado em direção aos direitos sociais

Já para Yazbek, direito da cidadania é a tomada de consciência de seus direitos, tendo como contrapartida a realização dos deveres. Os Direitos Humanos são valores, princípios e normas que se referem ao respeito à vida e

à dignidade. Essa expressão refere-se a organizações, grupos e pessoas que atuam nessa defesa.

A Exclusão Social se designa um processo de afastamento e privação de determinados indivíduos ou de grupos sociais em diversos âmbitos da estrutura da sociedade. Trata-se de uma condição inerente ao capitalismo contemporâneo, ou seja, esse problema social foi impulsionado pela estrutura desse sistema econômico e político. Assim, as pessoas que possuem essa condição social sofrem diversos preconceitos. Elas são marginalizadas pela sociedade e impedidas de exercer livremente seus direitos de cidadãos. Podemos salientar as condições financeiras, religião, cultura, sexualidade, escolhas de vida, dentre outros.

Carmelita Yazbek citando José de Souza Martins – aponta que, viver como excluído, é a forma de inclusão possível em um mundo desigual. A "exclusão integrativa" opera a manutenção, o movimento da vida e da história não ocorre pelo conformismo. Bader Sawaya na psicologia social mostra a presença do sofrimento da exclusão. O novo elemento que tem projetado fortemente essa discussão para o campo da ética social é o suposto de que há na sociedade a busca do que é bom e desejável para todos, o que leva a se indagar da presença da luta pela igualdade ou, pelo menos, para um patamar básico de igualdade.

### **1.3 A historicidade dos Movimentos Sociais no Mundo e no Brasil.**

Um movimento social é uma rede de interações sociais que se constrói no curso de um conflito e que alinha uma pluralidade de indivíduos, eventos e associações (DIANI, 2003).

Iniciando pelo contexto histórico dos movimentos sociais para assim caminhar para o enfoque do movimento LGBTQI+, é necessário o entendimento sobre os movimentos de classe e os movimentos sociais, ambos em seu processo analítico têm algumas semelhanças (REVISTA ESPAÇO LIVRE V. 11, N.22, JUL DE 2016)

Segundo Viana (2016) os movimentos sociais são considerados “grupos sociais que geram mobilizações geradas por uma insatisfação social com

determinada situação social específica que também constituem senso de pertencimento e objetivos, o que pressupõe certo desenvolvimento da consciência e formas organizacionais”. Sendo grupos sociais um coletivo de pessoas que possuem resolutos aspectos compartilhados entre si, que acaba por lhes oferecer um tipo de caráter “social” (VIANA, 2016). E as classes sociais seriam:

As classes sociais são um conjunto de indivíduos que possuem determinado modo de vida comum, interesses comuns e luta comum contra outras classes sociais, que são derivados da divisão social do trabalho, que, por sua vez, é determinada pelas relações de produção dominantes (VIANA, 2012).

Os primeiros movimentos sociais no Brasil foram descritos a partir do século XVI, com a Confederação dos Tamoios (1556-1557) que foi uma aliança entre diferentes coletivos tupi, que pôs em risco a colonização portuguesa, tendo como pano de fundo a disputa entre franceses e portugueses pela região da Guanabara, hoje Rio de Janeiro, em busca de se opor em relação aos intuitos conquistadores brancos (Fernandes, 1970); a Insurreição Pernambucana (1645-1654), ocorrida no contexto da ocupação na região do Nordeste do Brasil, que segundo Mello (2012) seria um golpe pelo qual o novo governo e outras autoridades neerlandesas seriam massacrados no decurso de um casamento. A este sinal, o Recife seria ocupado de surpresa e sitiada as fortificações batavas no interior, que, dependentes de aprovisionamento local, não poderiam resistir por muito tempo.

Também temos o Movimento Abolicionista no Brasil, iniciado em um primeiro momento em 1611, com uma busca da abolição da escravidão até então dos indígenas, mas que tomou força em 1860, levando até a abolição da escravatura no país, em 1888 e que basicamente. Segundo Nabuco (2000), o Abolicionismo vinha em razão da escravidão, mas de forma que:

Assim como a palavra Abolicionismo, a palavra Escravidão é tomada neste livro em sentido lato. Esta não significa somente a relação do escravo para com o senhor; significa muito mais: a soma do poderio, influência capital, e

clientela dos senhores todos; o feudalismo estabelecido no interior; a dependência em que o comércio, a religião, a pobreza, a indústria, o Parlamento, a Coroa, o Estado, enfim, se acham perante o poder agregado da minoria aristocrática, em cujas senzalas centenas de milhares de entes humanos vivem embrutecidos e moralmente mutilados pelo próprio regime a que estão sujeitos; e, por último, o espírito, o espírito vital que anima a instituição toda, sobretudo no momento em que ela entra a recear pela posse imemorial em que se acha investida, espírito que há sido em toda a história dos países escravos a causa da sua ruína. (Nabuco, 2000, p.26)

Nos dias atuais, os movimentos sociais se popularizam em meados da década de 70, por conta da Ditadura Militar existente na época, ganharam muita força por causa da classe operaria e dos universitários, sendo este período arrebatador para os movimentos existentes. Assim como disse Ilse Scherer-Warren (2008, p. 09) “O movimento social mais significativo pós-golpe militar de 1964 foi o de resistência à ditadura e ao autoritarismo estatal”.

A partir das minorias, existem alguns movimentos sociais difundidos na sociedade. O movimento negro, por exemplo, que segundo Pahim (1993), se pauta na luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural.

Outro movimento social notável é o movimento feminista, que segundo Álvarez (1990) defende os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às estas, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao Estado, e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não-existência de esferas de decisões hierarquizadas.

É nessa época, conjuntamente com ambos os movimentos sociais, que surgiu o Movimento LGBT, que diante da conjuntura da década de 1970, se baseou na luta e defesa das questões de identidade de gênero desse segmento,

trazendo-o como pauta para a realidade brasileira, sendo construído e se modificando até chegar no que vemos nos dias atuais

#### **1.4 Os primeiros fragmentos do Movimento LGBTQI+ no Mundo e no Brasil**

O movimento social LGBTQ+, surgiu a partir da década de 40, pelo grupo do Center for Culture and Recreation, na Holanda, na qual tinham a intenção de mostrar publicações mensais com a tentativa de mudar a imagem desfavorável do homossexual, aumentando a tolerância ao mesmo. Entretanto, a palavra “Sodomia” que era usada para indicar atitudes feitas pela população de Sodoma, ficou conhecida por ter o significado interpretado por muitos como práticas homossexuais; mas também, podendo significar pecado, já que Deus enviou dois anjos para visualizar Sodoma e averiguar seus pecados.

[...] Mas antes que se deitassem, cercaram a casa os homens da cidade, isto é, os homens de Sodoma, tanto os moços como os velhos, sim, todo o povo de todos os lados [...]. (Gênesis 19:1-11).

A Mattachine Society, nos Estados Unidos, criada na década de 1950, tinha como dever de promover discussões sobre o tema homossexualidade e gerar uma melhor sociabilidade. Em 1960 e 1970, o movimento ganhou mais visibilidade, mas seu grande marco aconteceu no dia 28 de junho de 1969, no bar LGBT Stonewall Inn, em Nova York, as pessoas que estavam no mesmo resistiram à prisão, e acabaram por formar uma multidão na rua encerrando os policiais, o que se tornou uma tragédia duradoura, gerando seis dias de confronto, o porquê do mesmo era por conta das bebidas alcoólicas vendidas no local, já que o State Liquor Authority (lugar que designa os bares que podem vender bebidas alcoólicas) decretou que bares gays não tinham essa licença. Por isso, o dia 28 de junho se tornou o dia do Orgulho LGBT, uma grande conquista de direitos para este segmento.

Os movimentos sociais se popularizaram no Brasil durante a era da ditadura militar, na década de 60. Mas foi na década de 1970 que surgiu o grupo Somos - Grupo de Afirmação Homossexual, de São Paulo, que tinha como ideologia a abolição de hierarquias sociais, como o gênero e a sexualidade,

juntamente como jornal Lâmpião da Esquina, no Rio de Janeiro, promovia um pensamento sobre a sociedade ser sexista; os grupos da época que falavam sobre esse tema eram em sua maioria localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Em 1983, no Brasil, ocorre a epidemia de HIV/Aids, na qual a maioria dos grupos, assim como o Somos, se desintegram, pois se voltaram a desenvolver algo que pudesse responder sobre o HIV/Aids, que também foi conhecido como “câncer gay” ou “peste gay” diante a análise da Revista Observatório, Palmas (v. 4, n. 1, p. 751. jan-mar. 2018).

Parafraseando esse momento, dando um enfoque nos dias atuais em um meio de comparação com o ano de 1983, segundo a ONU, para que exista um índice saudável de doação, é necessário de 3 a 5% das pessoas do país sejam doadoras, porém apenas 1,6% de pessoas doam sangue no Brasil, segundo os dados do ministério da saúde. Esse número poderia ser alterado caso pessoas homossexuais pudessem doar sangue normalmente, assim como pessoas heteronormativas. Mesmo com o fato de 10% de a população brasileira fazer parte do movimento LGBTQI+, para a doação de sangue ser concebida, a pessoa precisa não ter relações sexuais durante 12 meses. Sendo este fato ainda pior em 2004, já que homens que fazem sexo com homens (HSH) não podiam de jeito algum doar sangue. A Portaria nº 2712, de 12 de novembro de 2013, seguindo a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) sobre a restrição de HSH, estabelece que todas as amostras de sangue sejam analisadas e que os doadores sejam de baixo risco. Fazendo assim com que o Brasil perca 50 mil litros de sangue diariamente por causa do preconceito enraizado e da ideia na qual acredita-se que pessoas homossexuais são os únicos contaminados com o vírus da HIV.

O Grupo Gay da Bahia, em meados de 1983, criou uma campanha sobre a despatologização, ou seja, a retirada da homossexualidade como uma doença, e a tentativa de separação do segmento, com o vírus da HIV e a AIDS. Tanto o Grupo Gay, da Bahia, quanto os Triângulo Rosa e Atobá, do Rio de Janeiro

tinham o objetivo de tentar mudar a sociedade para garantir direitos civis aos homossexuais.

Nesse período, houve a grande conquista, a aplicação do termo “orientação sexual” (Money, 1988) ao invés de “opção sexual” já que não se trata de uma escolha do indivíduo, não sendo simplesmente uma escolha racional. Na Constituição Federal de 1988, foi reivindicada essa expressão pelo grupo Triângulo Rosa, que deveria ser inserida no artigo sobre discriminação. No início dos anos 1990, com a entrada das ONGs, grupos religiosos, e grupos acadêmicos que tratavam do tema LGBT, começou-se uma diferenciação com uma focalização maior em cada demanda apresentada na questão, como os/as bissexuais, travestis, transexuais e lésbicas, sendo as mesmas apenas inseridas em 1993, mas sempre estiveram presentes na história. Os Seminários Nacionais de Lésbicas, em 1996, fizeram com que a população lésbica ganhasse mais visibilidade.

Em 1995 a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis nasceu, sendo a primeira associação LGBT na América Latina, que em 2007 se multiplicou para mais sete redes, sendo elas: a ABGLT, a Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a Associação Nacional de Travestis (Antra), o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), o Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB) e a Rede Afro LGBT.

Com isso, o Movimento que até então era voltado apenas para Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais, foi ganhando sua expansão e reconhecimento perante a sociedade, abrangendo outras identidades de gênero e orientações sexuais, se tornando o que hoje conhecemos em solo brasileiro como Movimento LGBTQI+

#### **1.4.1 Nomenclaturas e Bandeiras do Movimento LGBTQI+**

Nos dias atuais, o segmento LGBT, vai além do já explicado. O símbolo “+” que expõe não somente o já conhecido, expressa também a luta da parte “menos” exposta do movimento. Seguindo a ordem descrita, os símbolos significam:

Lésbicas e os Gays, sendo as pessoas que sentem atração pelo mesmo gênero, ou seja, se relacionando com pessoas de gêneros iguais;

Os/As bissexuais, que são pessoas que tem atração explícita tanto pelo gênero feminino, quanto pelo masculino, não havendo distinção;

As Travestis, que são pessoas na qual se vestem com roupas do sexo oposto, mas se identificam com o seu gênero biológico;

Os/As Transexuais, que são considerados um tipo de inadaptação ao gênero no qual foi designado quando nascido, se identificando com o gênero oposto no qual seria designado.

Os/As Transgêneros, que são pessoas nas quais se identificam com o gênero oposto, não correspondendo ao seu gênero biológico, se submetendo a alguma cirurgia, ou tratamentos hormonais para seu corpo se igualar a sua mente, transacionando entre os gêneros;

Contendo também o gênero não-binário ou gênero neutro, na qual são pessoas que não se identificam com nenhum dos gêneros, não se classificando. E dentro disso estaria o Queer que seriam pessoas às quais também não se identificam ou não se sentem pertencentes em nenhum dos grupos de gêneros. Sendo assim pessoas que não são nem homem e nem mulher, então muito além desses grupos, podendo ser transgêneros, ou não, podendo se identificar como gênero não-binário, gênero-fluído, gênero neutro, bigênero, genderless ou não.

Os Assexuais, são pessoas nas quais não sentem atração física por nenhum gênero, no geral, não se relacionam amorosamente com ninguém.

As Drag Queens, são pessoas que assim como Pablo Vittar, se identificam com o seu gênero biológico, mas quando estão “atuando” são caracterizados pelo gênero atuante, sendo feminino, ou masculino.

Interssex são as pessoas que podem nascer com uma aparência exterior “masculina”, mas, sua parte interior ser caracterizada com órgãos “femininos” podendo nascer com uma genitália indefinida, ou com traços diferenciados, como um clitóris visivelmente grande ou com ausência de abertura vaginal e um rapaz pode nascer com um pênis anormalmente pequeno ou com um escroto dividido e com formato mais semelhante a lábios vaginais.

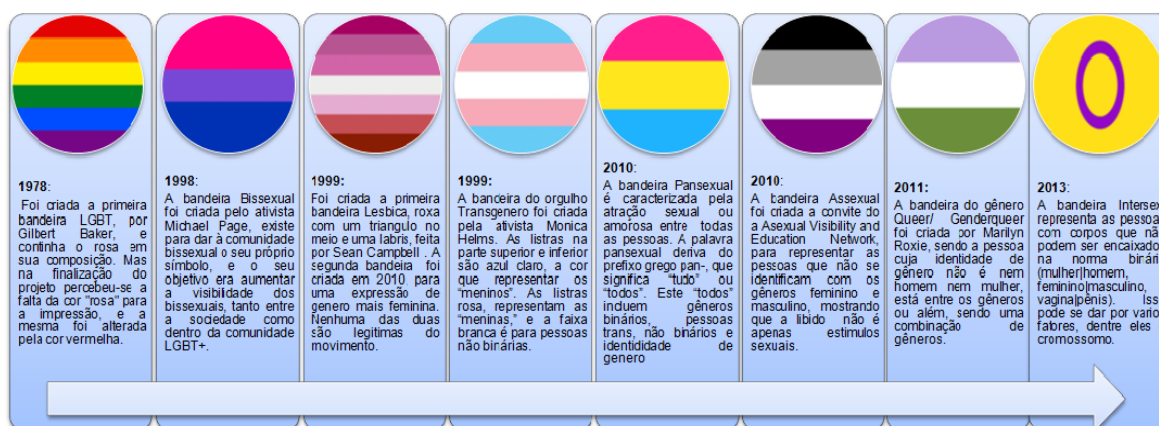
Pansexuais, são pessoas que sentem atração sexual por qualquer gênero, sendo mulher ou homem cisgênero, homossexual, não-binário, lésbica, transgênero etc., podendo haver outros gêneros não identificados.



Lembrando que orientação sexual é o desejo de se relacionar com determinado gênero, podendo ser o mesmo sexo, o sexo oposto ou os dois; identidade de gênero é como a pessoa se identifica perante a sociedade, se ela se sente mulher, homem, ou outro; sexo biológico é o gênero no qual a pessoa nasce, sendo ele definido como homem ou mulher; cisgênero são as pessoas na qual se identificam com o sexo no qual nasceram.

Cada segmento desses tem uma luta externa, fora do só conhecido movimento LGBTQI+, sendo assim, todos, ou quase todos, estes segmentos citados tem a sua própria bandeira para exemplificar suas lutas e reivindicações. Essas lutas buscam principalmente a garantia de direitos e o reconhecimento dos mesmos perante a justiça, como já abordado. É possível entender que a luta por leis e direitos sociais que amparem diretamente esse segmento são instituídas muito lentamente — em decorrência da relação do modo de produção capitalista e o seu meio de comandar a sociedade de acordo com os seus interesses, e ainda possuem falhas, que podem contribuir com a violação dos indivíduos. Além de não possuírem os recortes tão necessários, decorrentes da diversidade existente do próprio movimento, de forma a abranger todos que dele fazem parte.

Figura 1 - Linha do Tempo Bandeiras LGBTQI+



Fonte 1: Das Autoras, 2018.

Contudo, mesmo que a pequenos passos durante essa longe trajetória de sofrimento e discriminação social, econômica, educacional, empregatícia e no âmbito da saúde, algumas leis de amparo amplo foram criadas, e o segmento já se encontra, de certa forma, mais inserido dentro da sociedade brasileira.

## **2 CAPÍTULO II: A LEGITIMAÇÃO DOS DIREITOS CIVIS E SOCIAIS DO MOVIMENTO LGBTQI+ E SUAS REIVINDICAÇÕES NO TOCANTE A SOCIEDADE BRASILEIRA**

Existe uma luta intensa do Movimento LGBTQI+ para a legitimação não só do movimento em si, mas de suas pautas, de seus ativismos e de suas manifestações culturais. O Estado ainda é muito conversador diante as pautas LGBT ocasionando em uma exclusão social desse grupo e uma revolta cada vez mais acirrada por direitos sociais universais a todos e não só a pessoas heteronormativas e casais cis.

No século atual houve muitos avanços para a evolução desses direitos sociais, civis e até humanos, de homens, mulheres, de pessoas não binárias ou sem gênero definido, e por mais que alguns dizeres ainda sejam feitos de forma discriminatória, é visível o avanço diante os olhos da população e a abertura das mentes privadas com pensamentos ainda estruturais patriarcais. Apesar do avanço do conhecimento da população a favor do movimento, no cenário político atual existe um retrocesso gigantesco com relação aos projetos de leis desenvolvidos esse ano, é nítido o quanto regredimos nas políticas LGBT em comparação a outros governos. Em vista disso, as reivindicações das pessoas LGBTs tem um enfoque na construção de políticas sociais e assistenciais para esse segmento, prezando por todas as áreas como a saúde, a educação e a assistência, fazendo com que exista uma forma de uni-vos em prol da construção de um Brasil melhor com políticas públicas adequadas ao segmento, fazendo pôr fim a viabilização do que é uma pessoa LGBT, iniciando a reflexão de inclusão dessas pessoas no mundo do trabalho, educacional e na convivência social plena.

### **2.1 Garantia de Direitos ao Movimento LGBTQI+**

A princípio é importante frisar a diferença entre direitos civis, direitos políticos, direitos sociais e direitos humanos. Já que os direitos civis são aqueles garantidos por lei, conhecidos como liberdades individuais, sendo os fundamentais a vida, a liberdade, a propriedade privada, a igualdade, o direito

de ir e vir, e o direito à liberdade de expressão e de pensamento. Sendo assim garantido por lei, sendo todos tratados de forma igualitária independente de sua raça, condição econômica, filiação, religião, sexualidade, cultura ou opiniões relacionadas à sua vida privada.

Art. 4.º A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Esses limites apenas podem ser determinados pela lei.

Os direitos políticos são a relação do povo com o Governo, ou seja, a participação das pessoas nas escolhas governamentais. O direito ao voto, e de ser votado, o direito de manifestar-se politicamente. A diferença entre o mesmo e os direitos civis seria que, por exemplo, no caso de uma manifestação a favor do segmento LGBTQI+ a população está exercendo o seu direito político, e com isso lutando para a garantia de inserção dos mesmos na sociedade e a criação de um meio de convivência agradável a todos. Sendo assim, os direitos políticos propõem uma sociedade que participa dos poderes do Estado, além de organizá-los.

No Brasil, nem sempre os direitos políticos foram executados de forma adequada, já que em vários momentos determinadas minorias foram proibidas de exercer os seus direitos, como por exemplo, os negros da época colonial, ou as mulheres que só puderam adquirir o seu direito ao voto em 1934, contendo também a censura da imprensa, em determinados momentos, como na Ditadura Militar. Os direitos sociais são advindos das relações conflituosas dos grupos sociais, nascendo das lutas dos trabalhadores, pelo direito de um salário digno, pelo direito de usufruir de sua própria riqueza e dos recursos naturais aos seres humanos, como alimentação, saúde, moradia, educação e lazer. Sendo esses direitos encontrados na Legislação Trabalhista, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. O trabalho é um direito do cidadão, sendo a partir do mesmo que construímos nossos bens manuais e intelectuais. Ele é um direito fundamental, já que deveria ser a partir dele que o cidadão satisfaz as suas necessidades, como a alimentação, saúde, educação e lazer.

Mesmo que expostos em grande parte das legislações, os direitos sociais não são assegurados para todos, e pior, corremos um enorme risco dele ser abolido das constituições. Um exemplo disso seria os direitos trabalhistas, como o décimo terceiro, as férias, a licença maternidade e paternidade, por exemplo, que a qualquer momento podem ser retirados da pauta de direitos dependendo da economia e do governo vigente. Em suma, os direitos sociais deverá ser uma pauta de luta eternamente, já que o mesmo sempre se encontra em grande fraqueza por parte do Estado. Não sendo utilizado de forma correta, e nem sendo vivido por todos os brasileiros.

Os direitos humanos são aqueles direitos inerentes aos mesmos, sendo fundamentais a todos. Acredita-se que todos os seres humanos independente de suas diferenças deve-se usufruir desses direitos garantidos legalmente pela lei dos direitos humanos, que tem o dever de proteção das liberdades fundamentais e da dignidade humana de todos. Esses direitos foram criados em meio à devastação da Segunda Guerra Mundial, em 1945, seu objetivo é promover o respeito e esses direitos a todos. Segundo a Carta das Nações Unidas, Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948:

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla, a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações. (ONU, 1948)

Com relação ao Movimento LGBTQI+ sempre existiu uma violência institucional e uma perseguição com os mesmos. Se voltarmos ao passado, é visível o quão torturado esse segmento foi e ainda é sem nenhum esbaldo da lei vigente. O império Gengis Khan ficou conhecido como o primeiro código penal contra as pessoas homoafetivas, que eram penalizados a morte. Seguindo para o Buggery Act, na Inglaterra e o Código Penal de Portugal. Recorrente delas, essas leis anti-homossexuais se alastraram por todos os países do Ocidente, e assim foram impostas as suas colônias. E mesmo depois de alguns séculos,

essa violência de perpetuava, pois, na época conhecida como Nazismo, as pessoas homossexuais eram levadas aos campos de concentração e torturadas por sua orientação sexual, sendo tratados como pessoas com problemas mentais. E se pararmos para analisar, essas violências ainda persistem, já que algumas comunidades há pouco tempo atrás ofereciam serviços de “cura gay” e ainda hoje a relação homoafetiva é crime em 73 países, e 13 deles propõem a pena de morte, dentre esses, o Sudão, Arábia Saudita, Irã e Iêmen.

O Brasil ficou catalogado nessa lista como “reconhecimento” já que o mesmo garante atualmente o casamento homoafetivo desde 14 de maio de 2013, que publicou a Resolução 175, estabelecendo o direito de casais gays a se casarem no civil, fazendo com que os juízes fossem proibidos de não registrar essas uniões.

Em 2018 comemoraram-se os 20 anos do Movimento LGBT no Brasil, entretanto nem mesmo esse marco resultou em maiores direitos aos mesmos. Vários projetos de leis ficaram parados durante o ano no Congresso, dentre eles 13 eram prioritários, segundo com a Aliança LGBT e com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). Entre esses projetos estariam a criminalização da LGBTfobia, a adoção para casais gays e o uso de técnicas de reprodução assistida, o poder da alteração do nome social e da identidade sexual, e também o uso de banheiros referente a identidade de gênero de cada um. Com relação à área da saúde, existe o projeto a favor do fim da restrição de doação de sangue para pessoas homoafetivas. Também está em pauta o desenvolvimento de leis para a população LGBT acima de 60 anos, e também, estão pautados assuntos como a legalização da prostituição, já que a grande massa de homens e mulheres trans recorre a essas práticas para sua subsistência. Sem contar a questão da visibilidade e da fala sobre questões de diversidade sexual.

## **2.2 Legitimação dos Direitos Sociais ao Segmento**

De alguns anos pra cá a legitimação dos direitos sociais ao movimento LGBTQI+ foi sendo cada vez mais colocado em pauta dentro e fora do movimento. A população começou a se ater cada vez mais que é necessária a reivindicação pela diversidade sexual e de gênero na sociedade. Com isso

alguns projetos de leis foram sendo criados e aplicados, e outros, como dito anteriormente ficam em andamento no Planalto. É necessário pensar que não há uma legislação feita para proteção do segmento em si, apenas decisões tomadas pelas Comissões e pelo Poder Judiciário, que não foram implantadas na Constituição, assim, em tese, não tendo tanto valor quanto as outras leis existentes.

O ano de 2019 envolve um enorme retrocesso nesses direitos, pouquíssimas coisas passaram pelo governo atual, já que nitidamente o mesmo não está inteiramente interessado em cidadania LGBT. Entretanto, um marco foi iniciado este ano, que ocasionou uma grande vitória ao segmento. A Comissão de Direitos Humanos - presidida pelo PT aprovou o projeto de lei que criminaliza a Homofobia, e a enquadra como crime de racismo, ou seja, se tonou crime a LGBTfobia, a partir do dia 5 de junho de 2019. De acordo com a lei, quem praticar atos ofensivos, como lesões corporais, terá sua pena aumentada, e no caso da agressão verbal, a pessoa será denunciada por crime de injúria.

Heller (1989, p.47), define que os preconceitos são: “juízos provisórios refutados pela ciência e por uma experiência cuidadosamente analisada, mas que se conservam inabalados contra todos os argumentos da razão”. Nesse sentido:

*os preconceitos têm sua sustentação em bases afetivas e irracionais amparadas na desinformação, na ignorância, no moralismo, no conservadorismo e no conformismo. Numa palavra, na naturalização dos processos sociais. Tais determinações por estarem inscritas numa dada formação sociocultural poderão, no nosso entendimento, até explicar atitudes de discriminação, mas nunca as justificar. (2001:81).*

Em 2018, foi possível incluir o nome social no título de eleitor, feito para pessoas transgêneros e travestis serem chamadas (os) com o nome determinante ao gênero transicionado. O TSE – Tribunal Superior Eleitoral aprovou este termo no dia 22 de março de 2018, sendo apenas usado para o título eleitoral.

No mesmo ano, houve um embate sobre a “cura gay” que voltou a tona perante a liminar do Juiz Waldemar Claudio de Carvalho, que era a favor dos psicólogos estudarem e garantirem um tratamento de reorientação sexual. Como já pontuado anteriormente, o Grupo Gay da Bahia, em 1983, criou uma despatologização para que retirassem os gays exatamente dessa posição de “doentes” que esse Juiz tentou retomar. Entretanto, suas falas não foram atendidas diante o Governo.

O governo brasileiro que mais teve participação na cidadania LGBT foi o Governo Lula, que criou o Programa Brasil sem Homofobia, que foi lançado em 2004, e tinha o objetivo de promover a cidadania e os direitos humanos a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) equiparando direitos sociais relacionados à violência e a discriminação social (BRASIL,2004).

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) instituída pela Portaria nº 2.836 de 1º de dezembro de 2011 tem por objetivo promover a saúde integral LGBT eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo, segundo o Ministério da Saúde.

Em 2009, foi criado o Plano Nacional LGBT, sendo resultado da 1ª Conferência Nacional LGBT, ocorrida em Brasília entre 5 e 8 de junho de 2008, tendo como base as diretrizes e preceitos éticos e políticos que visam à garantia dos direitos e do exercício pleno da cidadania, promovendo os direitos fundamentais da população LGBT brasileira, de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, dispostos no art. 5º da Constituição Federal, os direitos sociais da população LGBT brasileira, especialmente das pessoas em situação de risco social e exposição à violência e combater o estigma e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

O Brasil deveria ser o primeiro lugar a implantar leis adequadas aos LGBTQI+, já que cerca de 144.22 pessoas, em 2016, morreram por serem trans, segundo o Grupo Gay da Bahia, cerca de 82% desistem dos estudos, por causa do preconceito sofrido. A cada 19 horas morre uma pessoa vítima de homofobia, são 445 pessoas, sendo elas 194 gays, 191 pessoas trans, 43 lésbicas e 5 bissexuais. Atualmente está ocorrendo surtos de estupros “corretivos” a lésbicas, segundo o estudo de um grupo de pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro que identificou um aumento dos assassinatos de lésbicas entre 2000 e 2017, no Brasil, entretanto não se é possível ter estatísticas verificadas nesses casos, já que a falta de fiscalização punições aplicadas nesse âmbito é bem escasso, o total de casos registrados durante os anos citados foi de apenas 126, todavia se faz nítido que seriam bem mais do que os relatados. Ou seja, a proteção de pessoas LGBTQI+ é ainda um dilema diante o Estado, existe uma luta diária, mesmo a população LGBTQI no Brasil sendo estimada em 20 milhões de pessoas (não levando em conta as pessoas intersexo), sendo 10% da população total do país, o Estado apaga e silencia estas pessoas das leis e de tudo que lhe direito, como um cidadão pleno em seu país.

Dentro da política existe apenas um representante dessa diversidade no Congresso Federal: o deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), que ainda é constantemente massacrado por alguns partidos e pessoas contrárias a sua orientação, assim como o Presidente Jair Messias Bolsonaro, que já expos várias vezes a suas opiniões sobre o Deputado. Com a bancada atual governante do país, ficará cada vez mais difícil a cidadania LGBT voltar a ser um norte central na questão estrutural da sociedade. Mostrando claramente está falta de amparo do Estado diante as necessidades do movimento.

### **2.3 As Demandas do Movimento e suas Reivindicações**

O movimento LBGT luta pela igualdade social aos membros do movimento, ou seja, que lésbicas, bissexuais, gays, transexuais, travestis e etc. tenham a plena liberdade de se expressar, amar e viver, assim como todos os cidadãos da sociedade brasileira. As demandas do movimento são pautadas por



uma ampla situação de ativismo político e atividade cultural, ou seja, marchas de rua e culturais, grupos sociais, área midiática e pesquisas acadêmicas.

As primeiras ideias sobre criminalização da homofobia aconteceram entre 1850 e 1933, na Alemanha e tinha como seu grande condutor Magnus Hirschfeld, que é conhecido como um médico, sexólogo, judeu e gay ao qual foi o percussor da defesa dos direitos de pessoas gays. O mesmo desenvolveu uma teoria chamada Terceiro Sexo, ao qual expressa que as pessoas homossexuais estariam no meio da ideia do que seria a mulher heterossexual e o homem heterossexual, acreditava também que os indivíduos não poderiam ser definidos apenas em homem e mulher, pois todos possuem traços tanto femininos quanto masculinos. Seus estudos foram cruciais para a época, entretanto, algumas de suas atitudes fizeram com que o mesmo manchasse o movimento.

O segmento como conhecemos atualmente com informações mais acessíveis e apoio mais viabilizado começou se formou a partir da década de 70, que foi considerada a época da revolução sexual, e onde se iniciou a análise sobre o SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, uma doença causada pelo vírus da HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana, que inicialmente se assemelha a uma gripe viral, depois é seguida por um período sem sintomas, enquanto a doença progride a pessoa começa a ter problemas no sistema imunológico, o que pode ocasionar em câncer e em doenças infecciosas.

A doença ficou conhecida como “cancro-gay”, e devido este estigma, o movimento se uniu a algumas ONGs em apoio às vítimas de SIDA, com isso, acabou que o segmento esteve envolvido em atividades organizativas e de gestão, o que proporcionou novas ONGs e marchas para o mesmo, alcançando uma visibilidade mais positiva, ao contrário da que existia na época.

Segundo a Marcha do Orgulho do Porto, que acontece desde 2006, sendo uma manifestação realizada no Porto, em Portugal. A mesma se destaca por ser muito diversificada, com metade das organizações sendo referentes ao movimento LGBT e outras mais focadas nos direitos humanos em si, com relação ao feminismo, contra o racismo, entre outras.

A partir dessa manifestação foram-se concluídas algumas reivindicações do movimento como uma política de assistência a grupos marginalizados socialmente, de forma que os mesmos sejam inclusos na sociedade; a atribuição de responsabilidade ao Estado devendo programar no ensino regular uma educação sexual não heteronormativa; atribuir tratamento médico menos preconceituoso; a inclusão da ideia de “identidade de gênero” em legislações e proteção criminal contra os crimes motivados pela transfobia. Sendo assim, as reivindicações desse seguimento buscam uma melhor sociabilidade, é de direito de todos viver dignamente e em paz na sociedade. Diante o livro *Diversidade Sexual e de Gênero e o Serviço Social no Sócio Jurídico*, de Guilherme Gomes Ferreira, pode-se dizer que:

(...) são cada vez mais presentes às reivindicações postas pela diversidade das expressões da sexualidade e do gênero no que se refere ao reconhecimento de direitos — como o direito à vida (...) à identidade de gênero, assegurando, no tocante a direitos civis, o direito à alteração do prenome no registro civil, de acordo com a identidade de gênero com que a pessoa se identifica, (...) o direito à livre expressão cultural (...) o direito à proteção social, como a proteção social no trabalho, e o direito ao acesso aos procedimentos transexualizadores (...) (FERREIRA, 2018, p. 17).

Concluindo-se assim resumidamente que as pessoas LGBTs buscam pelo o que lhes seria direito segundo a lei, mas a mesma falha e exclui cada vez mais o movimento de suas grades pontuais. Gerando assim as reivindicações do movimento, que tem o seu enfoque na parte de direitos humanos, prezam pela liberdade de expressão, proteção por parte do Estado, inserção ao mercado de trabalho e o direito a realizar a resignação sexual para homens e mulheres trans.

#### **2.4 O Movimento LGBTQI+: Informações Midiáticas, Notícias e Atualidades**

Vale destacar que não importa a época, o movimento LGBT sempre estará em busca diária da desconstrução, e da quebra dos muros do preconceito ainda existente. Nas mídias sociais eram raros os pronunciamentos sobre o

movimento LGBT, em jornais, revistas, telenovelas e até mesmo nas rádios. Existia uma grande repressão com relação à discussão desse assunto. Hoje em dia, a circulação desse assunto nos meios midiáticos já é algo mais natural, mesmo existindo ainda uma grande massa conservadora nesses meios.

Em 1978, ainda na Ditadura Militar, surgiu o primeiro jornal homossexual brasileiro, o *Lampião da Esquina* (inspirado na revista *Gay Sunshine*, norte-americana), nascendo de forma alternativa ao modo de censura existente na época. O jornal era comercializado como *Tabloide*, teve 38 edições, em um total de 10 a 15 mil exemplares vendidos em todo o Brasil, durante os seus três anos de circulação.

Figura 2 Jornal *Lampião da Esquina*



Fonte: Do autor, 2020.

De suas 38 edições, algumas tiveram um êxito em potencial, como a edição de maio de 1979, de título “As Relações Perigosas” se tratando de uma reportagem a qual tratava sobre a noite e os perigos do “gueto”. A edição de junho de 1979, intitulado de “A Matança dos Homossexuais” falava sobre o assassinato de Vânia, o caso inicialmente foi tratado como suicídio, até uma carta ser encontrada pelo delegado, e mudar totalmente o rumo da história. A edição de julho foi de suma importância, pois ela contou com a participação de

Luís Inácio Lula da Silva, onde foi criado um bate-bola de perguntas e respostas no quadro chamado ABC do Lula. Já a edição de agosto/setembro, tinha o nome de “Travestis! Quem atira a primeira pedra?” inicialmente tratava do caso de um ator ao qual fazia shows na Geórgia vestido de mulher; a mesma, também incluía uma cobertura da passeata LGBTQI+ em São Francisco, nos Estados Unidos.

O jornal foi tão importante para a história LGBT que se transformou em filme, em 18 de agosto de 2016, estreou nas telas do CineSesc, em São Paulo, o filme do primeiro jornal gay do Brasil. O documentário foi dirigido pela autora Livia Perez, a mesma afirmou: “Vejo que o público reage ao documentário com surpresa, ao descobrir esse passado de militância. Muito do que debatemos hoje já foi feito pelo lampião. Poderíamos avançar mais.” Disse a autora.

Nos anos que se passaram existiram outras revistas voltadas para a temática LGBT, como a “Quir” de Portugal publicada no ano de 2012, deu lugar a revista Com’Out, que deixou as bancas em 2009. O objetivo da revista é fornecer informação sobre os acontecimentos LGBT em Portugal e internacionalmente.

Figura 3 Revista QUIR



Fonte: P3 (2020)

Seguindo a linha de revistas, em 2013 foram lançadas duas capas com temática LGBT nas maiores revistas do Brasil, a *Época* e a *Veja*, ambas com a Daniela Mercury em suas capas, tratando do casamento homoafetivo como uma questão necessária e inadiável no país. As publicações tiveram 1,5 milhões de exemplares.

Figura 4 revista *Época* e revista *Veja*.



Fonte: ParouTudo (2020)

Nos cinemas de todo Brasil estrelaram também alguns filmes cruciais para a visibilidade do movimento. Em 1986 foi lançado o filme *Vera*, de Sergio Toledo, a protagonista do mesmo foi a atriz Ana Beatriz Nogueira, que interpretava a transgênero Vera. O filme *Madame Satã*, de Karin Aïnouz, 2002, mostra João Francisco (Lazaro Ramos) se tornar uma estrela Drag Queen (na época em questão, era usado o termo “transformista” reformulado para “Drag Queen” anos depois).

Em 2004 lançou *Cazuza - O tempo não para*, de Sandra Werneck e Walter Carvalho, ao qual Daniel de Oliveira viveu Cazuza em seus anos de glória, até a sua morte, que foi ocasionada pela AIDS. O filme *Hoje eu quero voltar sozinho*, de Daniel Ribeiro, lançado em 2014 é um clássico, foi premiado duas vezes pelo Festival de Berlim, ele conta a história de um garoto cego que busca por sua

independência, e vê a sua vida mudar radicalmente quando um novo garoto chega a sua escola.

Em 2017 foi exibido no festival É Tudo Verdade o documentário *Laerte-se*, de Eliane Brum e Lygia Barbosa da Silva, conta a história de uma das maiores cartunistas do Brasil, o mesmo foi o primeiro documentário original lançado pela Netflix no país.

Figura 5 Filmes Brasileiros com Temática LGBT



Fonte: Do autor, 2020.

Além dos filmes, no quesito Séries essa temática é bastante abordada, na série *Grey's Anatomy* (2005), as personagens Callie Torres e Arizona Robbins formam um casal, que apesar de não ter sido muito bem desenvolvido na série, tanto de forma profissional, quanto romântica, carrega traços bem importantes, com a bissexualidade de Callie Torres.

*Glee* (2009) foi umas das series que mais deu visibilidade para o movimento LGBT, dois dos casais principais eram homossexuais, Kurt e Blaine, que não só mostram como foi expor sua orientação sexual, mas também os dramas de um relacionamento gay na adolescência; Santana e Brittany mostram como funciona a hipersexualização de mulheres lésbicas.

Brooklyn Nine-Nine (2013) é uma das séries atuais mais cotadas quando o assunto é sexualidade, racismo, homofobia e machismo, dois de seus personagens principais estão inclusos no movimento LGBT, sendo eles o Capitão Raymond Holt, ao qual é um policial negro e gay; e a Rosa Diaz, a policial se assume bissexual no desenvolver das temporadas.

Sex Education (2019) é uma produção da Netflix ao qual deu o que falar. A série ficou famosa por lidar com assuntos considerados tabus, além de tratar sobre aborto, descobertas sexuais e DST's, Sex Education trata da orientação sexual e identidade de gênero de uma forma genuína. O personagem Eric Effiong (Ncuti Gatwa), um adolescente, negro, gay, com representações africanas, que em determinados momentos se veste com roupas fora dos “padrões” é um prato cheio para a diversidade explícita nessa série.

Figura 6 Séries com Personagens LGBT



Fonte: Do autor, 2020.

Em uma de suas edições, a Revista Mundo Estranho, com dados apresentados a partir dos sites Memória Globo e Teledramaturgia, é afirmado que desde 1970, até 2000 duplicaram o número de personagens LGBT nas telenovelas. Em média, 57,8% dos personagens são gays, 18,9% são lésbicas e 7,8% são pessoas trans.

A rede de televisão Globo foi uma das pioneiras ao mostrar personagens gays em suas novelas. Em 2014 na novela Amor a Vida, o casal Felix e Niko ficaram muito conhecidos, o beijo do casal foi televisionado e visto por milhões

de brasileiros, o último capítulo da novela teve 47 pontos de audiência. Segundo o público, não foi apenas a ideia do beijo entre um casal gay que emocionou o público, e sim toda a relação que fez Felix se tornar uma pessoa melhor.

Figura 7 Felix e Niko - Viver á Vida



Fonte: TV Globo (2020)

Mas apesar dessa visibilidade atual, com personagens, filmes, seriados e novelas interligadas com a temática, ainda existe um tipo de preconceito mascarado, a estereotipação da comunidade LGBT. Ou seja, pessoas LGBT sendo tratadas de forma caricata, como por exemplo, um gay extremamente expansivo, que entende de maquiagem e moda, isso não é uma regra. Assim como homens e mulheres heterossexuais são distintos em seus gostos, são diversas as variedades de personalidades existentes dentro da vertente LGBT.

Essa exposição negativa ainda é uma forma de preconceito velado, que está pouco a pouco se desconstruindo e dando espaço para personagens que mostram o movimento de forma positiva e verdadeira, exemplificando a sua diversidade.



### **3. CAPÍTULO III: O SERVIÇO SOCIAL E O MOVIMENTO LGBTQI+.**

O Serviço Social teve seu primeiro indicio na Europa, em 1869, diante da pratica filantrópica das senhoras da Igreja Católica, com criação da Sociedade da Organização da Caridade, quando se foi percebido a necessidade que diversas famílias apresentavam diante das condições socioeconômicas desfavoráveis em que as mesmas vivam, a partir de uma lógica assistencialista ligada aos interesses da burguesia. Com isso, instaurou-se a prática que no futuro passaria por diversas mudanças e um quadro de ruptura fundamental, que se instituiria como o que hoje conhecemos como o Serviço Social praticado, excluindo o caráter de ajuda e voltado exclusivamente para a luta da garantia de direitos de todos os que a ele recorrerem.

Nesse sentido, e sabendo que os primeiros Movimentos Sociais no Brasil tornaram-se populares e ganharam força na década de 1960 perante o início da Ditadura Militar, é necessário colocar em pauta a introdução do Serviço Social dentro de tais movimentos, retratando não só a sua importância em tal local, mas também o seu papel diante de tal esfera, e como o trabalho em conjunto com os mesmos já trouxe diversos avanços no que diz respeito à legislação não só mundial como também brasileira.

#### **3.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO NO MUNDO E NO BRASIL.**

No cenário europeu, o Serviço Social passa a ser institucionalizado a partir de 1920 após a Primeira Guerra Mundial, que caracterizou de forma mais evidente a questão social, assim como a classe trabalhadora passou a se organizar como movimento social. Já nos Estados Unidos, a profissão surgiu como maneira de procurar uma solução para conflitos sociais por meio de ações práticas e na consideração de aspectos subjetivos dos indivíduos (Lima, 1983).

A Igreja Católica direcionou a formação do Serviço Social a partir das duas encíclicas papais: a Rerum Novarum, de Leão XIII, e a Quadragésimo Anno, de Pio XI, e caracterizou até o perfil e as regras de quem poderia exercer a função,

que era inicialmente de predominância feminina, com idade de 18 a 40 anos e de família católica renomada, preferencialmente “famílias burguesas”, facilitando a captação de recursos e rede de contato social, o que possibilitaria obras assistenciais de maior eficácia. Com o Serviço Social sendo um produto de tais ações das senhoras da Igreja Católica, sua institucionalização como profissão na América Latina ainda teve resquícios de um viés conservador, com práticas que ainda favoreciam a burguesia ao invés do proletariado.

No Brasil, a primeira escola de Serviço Social surge em São Paulo, em 1936, como produto do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em 1932, como resposta da evolução do capitalismo, com formação baseada na doutrina católica, entretanto sob influência europeia e com o uso de técnicas que não cabiam a realidade da sociedade brasileira.

Nessa época, o país passava pelo início do período desenvolvimentista, onde a sociedade era dita pelo Estado como perfeita e harmônica, e os problemas sociais existentes eram ditos como problemas do próprio indivíduo, usando de técnicas de DOC e DC<sup>1</sup>, como forma de controle da parte subalterna da sociedade brasileira, sem colocar em prática uma análise estrutural da sociedade. O Estado passou a contratar Assistentes Sociais, tratando-os como parceiros, para que o trabalho fosse feito com um caráter assistencialista, na perspectiva de ajudar e assistir os necessitados, os deficientes e os desajustados socialmente. Segundo Lima (1983, p.50) o objetivo implícito desses serviços era “controlar os conflitos ou minimizar as disfuncionalidades sociais de modo mais sistemático e racional”.

Em 1947, o primeiro Código de Ética Profissional do Assistente Social foi promulgado, e possuía muito dos valores cristãos, além de não possuir uma mediação do Estado, não tendo assim um respaldo jurídico, visando apenas orientar a prática e trazer um status de profissão para o Serviço Social, que ainda não era propriamente regulamentado como categoria profissional.

---

<sup>1</sup> [...] os Assistentes Sociais consolidam importantes posições e campos de atuação no interior do equipamento social. [...]. Apenas nas áreas ligadas a projetos e programas que se valem dos métodos de DC – Desenvolvimento de Comunidade e DOC - Desenvolvimento e Organização de Comunidade se faz sentir essa preocupação. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p.343)

Segundo Iamamoto e Carvalho (2002):

[...] essa fase de implantação, verifica-se a existência de um projeto teórico de intervenção nos diversos aspectos da vida do proletariado, tendo em vista a reordenação do conjunto da vida social. O aprofundamento do capitalismo gera uma série de necessidades, que exigem profundas transformações na vida social [...] e as práticas incipientes dos Assistentes Sociais orienta-se para a intervenção na reprodução material do proletariado e para sua reprodução enquanto classe. O centro de suas preocupações é a família, base da reprodução material e ideológica da Força de Trabalho. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2002, p. 218-219).

Fernandes e Aquino (2016) descrevem a forte influência do catolicismo nas atividades e na teorização acadêmica do Serviço Social. Os aspectos do positivismo e do assistencialismo influenciavam diretamente e os assistentes sociais da época possuíam uma atuação profissional contraditória, onde serviam ao capitalismo e ao proletariado ao mesmo tempo. Segundo Iamamoto e Carvalho, o Serviço Social com base católica:

Constituiu [...] uma forma de intervenção ideológica, que se baseia no assistencialismo como suporte de uma atuação cujos efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento das populações pobres e carentes, o que engloba o conjunto das classes exploradas. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2002, p. 221-222).

Além disso, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), fundada em 1946 por meio de articulação da Igreja Católica, era quem promovia convenções anuais com pautas na formação de assistente social. Outrossim, a forte influência que intercâmbios de alunos de Serviço Social norte-americanos, que perdurou até 1950, trouxe uma bibliografia de cunho positivista e funcionalista, para além de métodos e técnicas advindas dos Estados Unidos, mas sem uma compatibilização da realidade brasileira.

Em 1967 foi realizado primeiro seminário que culminou o Movimento de Reconceituação no Brasil, o seminário de Araxá, promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbios de Serviços Sociais (CBCISS), em

Minas Gerais. Esse seminário teve como função traçar os objetivos e metodologias para o Serviço Social, apesar de o tradicionalismo ainda persistir. Citando Souza, Netto diz que os documentos criados em tal seminário: “se colocam num nível tal de abstração e idealização que chegam a não atentar para o caráter histórico e temporal dos valores humanos” (Souza, apud Netto, 1991, p. 169). Nessa mesma época, as universidades públicas passam a iniciar o curso de Serviço Social, ampliando a base de informação, proporcionando um novo intercâmbio de docentes e discentes. O autor aponta ainda que o seminário de Araxá “reduz a teorização a “uma abordagem técnica operacional em função do modelo básico de desenvolvimento”.” (CBCISS, apud Netto, 1991, p. 176).

Em 1970, ocorreu o segundo seminário, de Teresópolis, realizado no Rio de Janeiro, onde a temática do mesmo se centralizava na metodologia, fortalecendo também questões do eixo filosófico positivista-funcionalista, colocando o Serviço Social diante do processo desenvolvimentista brasileiro, com uma proposta de operacionalização técnica voltada para o modelo socioeconômico vigente.

Já em 1975, o segundo Código de Ética da profissão é promulgado, com o intuito de expressar elementos das reflexões originadas nos seminários de Araxá e Teresópolis, bem como a formação e prática profissional, passando a reconhecer o Estado como gestor do bem comum, mas com um posicionamento ainda acrítico, onde o Serviço Social passa a se colocar em uma prática com perspectiva de transformação e participação social.

Entretanto, mesmo com um novo Código de Ética, as demandas profissionais já não são mais atendidas diante da dinâmica que atravessava a sociedade naquele período. Além disso, segundo Netto (1991) passa-se a ter um questionamento ao Serviço Social tradicional<sup>2</sup> a partir dos desdobramentos ocorridos na América Latina, onde classes subalternas em defesa de seus direitos imediatos se viu favorável a uma mobilização tendo em vista o tensionamento das estruturas capitalistas, onde a sociedade passa a negar a

---

<sup>2</sup> Refere-se a uma “prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre os indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável” (Netto, 2005, p. 06).

ordem burguesa e o seu estilo de vida de forma que, segundo o autor, era adequado para que ocorressem contestações sobre as práticas tradicionais do Serviço Social.

O III Congresso de Serviço Social acontece em São Paulo, no ano de 1979, e ficou conhecido como Congresso da Virada. Constituindo um marco histórico essencial na rota da profissão em solo brasileiro, tendo uma aproximação com teoria marxista em um projeto de disputa pela direção ideopolítica e teórico-metodológica da profissão, de forma que o Serviço Social passa por um profundo processo de renovação em sua produção teórica e metodológica.

Netto (1991, p.154) diz que essa renovação possui três direções principais, sendo a primeira denominada “perspectiva modernizadora para as concepções profissionais” que se adequou o instrumental técnico e operacional do Serviço Social junto ao desenvolvimento capitalista no período pós-64, onde os textos dos seminários de Araxá e Teresópolis como marcos para as mudanças na categoria profissional. A segunda direção se colocou como “perspectiva de reatualização do conservadorismo” (Netto, 1991, p.157), que possuía fundamentação atrelada a fenomenologia e a psicologia, colocando o exercício profissional no campo da “ajuda psicossocial”. A terceira se coloca diante da “intenção de ruptura com o Serviço Social ‘tradicional’” (Netto, 1991, p. 159), que visou romper com a tradição positivista e com o reformismo conservador, tanto no que se refere ao campo teórico, como ao conservadorismo da intervenção social, fundamentando-se na teoria marxista.

A partir desse momento passa-se a acontecer o processo de consolidação da profissão, possuindo uma especialização do trabalho coletivo, inserida na divisão sociotécnica do trabalho, passando a ter seu objetivo na questão social, rompendo com sua característica acrítica e a-histórica e adotando o pensamento marxista. Apesar disso, esses pensamentos ainda continham equívocos, o que refletiu na perspectiva teórica, metodológica e filosófica adotadas, além do ponto de vista da ética.

Entretanto, em 1986 ocorreu a reformulação e a aprovação do novo Código de Ética que:

É resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através das suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe. (CFESS, 2016, p. 1)

Esse novo Código de Ética passa a embasar não só aquilo que venha a embasar a formação, como também o que se refere ao exercício profissional, tendo como princípio centralizador o compromisso com a classe trabalhadora, se aproximando do pensamento crítico de Marx defendido pela vertente da ruptura. Todavia, Barroco (2001) coloca em pauta a falta do estímulo a pesquisa e da crítica a realidade, que não são expressas no novo Código de Ética:

O Código expressa uma concepção ética mecanicista; ao derivar, imediatamente, a moral da produção econômica e dos interesses de classe, não apreende as mediações, particularidades e dinâmicas da ética. Ao vincular, mecanicamente, o compromisso profissional com a classe trabalhadora sem estabelecer a mediação dos valores próprios à ética, reproduz uma visão tão abstrata quanto a que pretende negar. (BARROCO, 2001, p. 176-177)

Por esse motivo, outra reformulação aconteceu, onde tal instrumento de trabalho do Assistente Social passou a ter seu embasamento diante de categorias universais perante as diversas classes sociais e na sua dimensão enquanto ser social e de reproduzir-se socialmente e na elaboração do que hoje chamamos de Projeto Ético-Político profissional. Além disso, instrumentalizou-se tal categoria frente aos embates e desafios da conjuntura globalizada e neoliberalista que o país se encontrava naquele momento. Dessa forma, o novo Código de Ética que entra em vigor é o de 1993, que sofreu alterações em 1994, 1996 e 2011. Uma dessas alterações incumbiu a troca do termo “opção sexual” para “orientação sexual, e incluindo em seu princípio XI a “identidade de gênero” no que se refere ao trabalho expresso pelo serviço social sem discriminar ou ser discriminado/a em tal condição, o que traz um avanço na discussão quanto aos

direitos da população LGBT pela livre expressão e orientação sexual. (CFESS, 2016, p. 13-14)

A partir de tais mudanças, e com o Projeto Ético-Político materializado tendo alicerce teórico-metodológico hegemônico que se coloca contra o pragmatismo, o conservadorismo e a neutralidade defendida pelo Serviço Social tradicional, a profissão passa a trabalhar diretamente nas expressões da questão social que Iamamoto (2011) coloca como objeto de trabalho do Serviço Social, mesmo que seja de nosso conhecimento que a questão social é objeto de outras profissões como, por exemplo, médicos, quando tratamos da saúde ou então professores, quando tratamos da educação.

Nesse sentido, entendemos então o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão sócio-técnico do trabalho, que ao longo do tempo construiu um projeto profissional crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos extraídos do materialismo histórico dialético, além de princípios éticos reiterando o compromisso com a classe trabalhadora. Este projeto profissional tem o Assistente Social como ser prático-social dotado de liberdade, capaz de projetar coletivamente seu trabalho, buscando sua efetivação por meio de sua atividade (IAMAMOTO, 2014, p. 621).

Passa-se a ter então uma análise mais crítica da realidade social, mudando o agir profissional do Serviço Social diante das expressões da questão social. Nessa visão, é possível perceber que a trajetória profissional do Serviço Social no Brasil será sempre vinculada a questão social e com a história social, econômica e política.

É nessa perspectiva que o Assistente Social se coloca diante da esfera dos Movimentos Sociais brasileiros, entrando conjuntamente com o seu novo viés crítico e atrelado na luta dos direitos sociais das classes proeminentes naquele período. Dessa forma, os Movimentos Sociais passam a ser “parte integrante do exercício profissional” (BRAVO e MATOS, 2006, p.158) dos profissionais de Serviço Social, se colocando diante da prática organizacional destes.

#### **4. O SURGIMENTO DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL DIANTE DA ESFERA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.**

São muitos os Movimentos Sociais existentes nos dias atuais, mas o que primeiro se instaurou diante da exploração da mão de obra dos operários, até que os mesmos viessem a óbito e que os davam péssimas condições de trabalho, foi a Revolução Industrial ocorrida no século XVIII, na Europa, que foi um marco da história do proletariado, e que melhor caracterizou a revolta da população diante do poderio que a classe social excludente — a burguesia — exercia sobre os demais que não possuíam poderes aquisitivos.

E até o século XX, como já fundamentado, os Movimentos Sociais eram apenas vistos como aqueles que se faziam diante de um contexto organizacional de sindicatos de trabalhadores e, segundo Marx (1986), os movimentos sociais se fomentam diante da contradição gerada entre o capital e o trabalho. O materialismo histórico que orientava metodologicamente suas elaborações teóricas, buscava fundamentar a luta de classes como uma alavanca para o processo histórico ao qual o Estado se colocava diante dos interesses de classe, de forma que o capitalismo se coloca como o maior responsável pela miséria da população, tendo o Estado Burguês como o incumbido da ditadura do proletariado, iniciando assim a luta de classes.

Foi nessa mesma década que eles se popularizaram no Brasil, por conta da Ditadura Militar que o país vivia desde 1964, ganhando força por causa da classe operaria e dos universitários, sendo este período arrebatador para os movimentos existentes. Nesse sentido, a mudança de olhar diante do que acontecia naquele momento passou a ter um processo de construção através de uma identidade coletiva, quebrando paradigmas e passando a ter um viés político-institucional.

É nesse momento em que a sociedade, segundo Laclau (1986) passa a descobrir o seu lugar na política e o protagonismo político passa a ser descentralizado e sendo direcionado para as massas instituídas nos diversos espaços sociais, criando assim novos espaços de luta.



Traz-se então o indivíduo para discutir uma temática que antes deveriam ser discutidas dentro de um universo particular, transformando-o em pertencente a esse novo espaço. Questões como gênero e cor passaram a ter um novo significado, tendo uma revisão de conceitos hierárquicos diante da sociedade.

Nesse paralelo de ações surge o trabalho do Serviço Social dentro da esfera dos Movimentos Sociais, o mesmo que se iniciou através de uma forte influência do catolicismo nas atividades e na teorização acadêmica desta área, se colocando através de aspectos positivistas e assistencialistas, tendo uma ação profissional servente do proletariado ao mesmo tempo em que servia ao capitalismo, tendo esses acontecimentos ocorridos diante de uma esfera mundial, mas também diante do território brasileiro.

E que se regulamentou em 1993, no inciso IV da Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8662/93) onde o Assistente Social deve “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”. Além de, em seu Código de Ética (capítulo IV, Art. 12, inciso b) “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”, e que por meio de contribuições de Cardoso e Lopes (2009), Abreu (2009), Bravo (2010), Mattos (2010), Marques e Dal Moro (2012), Duriguetto e Marro (2016) podemos entender que possui as suas particularidades que podem ser resumidas em três esferas: o trabalho do Assistente Social na esfera sindical, onde os movimentos sociais são colocados na área sindical, buscando a questão do assalariamento e a um processo de trabalho específico; a assessoria junto a organizações da classe trabalhadora, com universitários em movimentos sociais urbanos, rurais e de saúde; e o trabalho transversal dos assistentes sociais junto às organizações e movimentos sociais a partir de outras instituições, sendo transversal aos diversos espaços sócio-ocupacionais, incidindo também no auxílio à organização da população usuária por meio do impulso ao seu viés coletivo e organizativo.

Nesse sentido, dentro dos movimentos sociais organizados, os Assistentes Sociais desenvolvem seu trabalho diante do intermédio do acesso

da população usuária aos serviços e/ou políticas sociais por meio de um caráter coletivo. Isso então nos coloca no papel da articulação da rede de serviços públicos, além de uma ação profissional estimulante aos usuários destes o reconhecimento do caráter comum e coletivo de suas demandas, sua identidade enquanto classe e, assim sendo, sua organização política, aproximando-os dos movimentos sociais existentes e das pautas das quais se identificam.

Apesar disso, há ainda a demanda punitiva de Assistentes Sociais que trabalham dentro das secretarias de segurança pública, habitação urbana, podendo se estender a própria Assistência Social, atuantes em ações de despejos de ocupações urbanas e rurais, em sentido contrário as pautas dos movimentos sociais, de forma que é demandado aos mesmos um trabalho de cunho punitivo para com as famílias, em especial ao que se refere a infância e adolescência, para além da oferta de medidas paliativas em sentido antagônico ao que a luta por terra e/ou moradia digna, com o intuito de desmobilizar e individualizar as lutas em questão.

Esse momento de antagonismo da profissão, lamamoto coloca que um dos desafios do Serviço Social na atualidade:

É redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional, traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (1998, p. 75)

Para tanto, o Serviço Social se coloca vinculado com as bandeiras de lutas expressas nas demandas sociais no Brasil, essas que são expressões multifacetadas da questão social, e que se colocam em luta por direitos sociais e civis no bojo da sociedade brasileira, de forma que é evidente a sua atuação frente ao Movimento LGBTQI+ que, como já fundamentado, se coloca em luta diante da discriminação, da falta de inclusão de caráter civil e social, e da marginalização daqueles que compõe tal movimento.

### **4.3 O SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO CATEGORIA ATUANTE NA ESFERA DO MOVIMENTO LGBTQI+**

O Serviço Social está altamente ligado à luta LGBTQI+ por direitos sociais, lutando também contra o conservadorismo enraizado em nossa sociedade atual, o que acaba por gerar discriminação não só nas ruas, mas perante a bancada conservadora do poder. O Assistente Social tem como dever trabalhar com a garantia de direitos humanos, justiça social e cidadania, assim trabalhando diretamente com as expressões da questão social. Netto (2001) aponta que a questão social se apresenta com desdobramentos na sociedade moderna, ou seja, há diferentes estágios que produzem diferentes manifestações da questão social. O autor defende que:

A cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser (NETTO, 2001, p. 48).

Portanto, este segmento seria uma das expressões na qual seria o objetivo de trabalho do Assistente Social, que não só trabalha com a realidade de pessoas heterossexuais, mas também com as múltiplas questões da sexualidade humana, assim ao realizar este trabalho, acabaria por garantir os direitos sociais que este segmento tanto busca.

O Código de Ética do Assistente Social, traz como Princípio Fundamental, no inciso VI, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (CFESS, 2012). Ele representa e regula a atuação da Assistente Social, denunciando condutas discriminatórias e enaltecendo as diferenças e diversidades. Nesse sentido, faz-se imprescindível a colocação do Assistente Social diante do Movimento LGBTQI+. Enquanto analisa a atuação do Serviço Social em ONGs e Centro de Referência em Direitos Humanos e de Combate e Prevenção à Homofobia, Silva (2015) mostra a contribuição da profissão no processo de empoderamento dos militantes, usuários LGBTs na luta pela garantia de direitos e no combate ao preconceito e

à discriminação. O autor ainda destaca relatos de usuários/as sobre o processo de atendimento do profissional como uma ferramenta poderosa para fortalecimento dos mesmos e para mudanças sociais, com o objetivo de direcioná-los aos direitos civis, sociais e políticos.

Silva também salienta a importância de um preparo para o atendimento ao público LGBT, colocando em pauta questões que são fundamentadas no Código de Ética do Assistente Social:

A negativa e/ou despreparo do atendimento de casos emblemáticos de violência homoesbotransfóbica, a não utilização do nome social da travesti e do/da transexual, assim como a proibição do uso de roupas referentes ao gênero que se identifica, a dificuldade no uso de banheiros femininos e/ou masculinos de acordo com a identidade de gênero, as 'chacotas' com os trejeitos de lésbicas e gays e, no geral, a invisibilidade das questões específicas dos segmentos LGBT's dão conta do afastamento desta população dos serviços públicos (SILVA, 2015, p. 60).

Nesse sentido, cabe evidenciar então o comprometimento ético-político de parte da categoria profissional com as transformações da sociedade e as demandas a ela colocadas. Tais transformações fazem emergir no atual cenário indivíduos que vivem certo grau de invisibilidade nas relações sociais, como a população LGBTQI+, que passam a se organizar e demandar por seus direitos nas mais diversas políticas, dentre elas a política de saúde.

Um número crescente de usuários desse segmento vem demandando por políticas de saúde que são garantidas na Política Nacional de saúde Integral da população LGBT. No entanto, por desconhecimento da mesma, ou por tabus presentes no cotidiano das instituições de saúde, ligados à religiosidade, ignorância ou preconceito, muitas vezes, se cria resistência e repulsa nos agentes da atenção à saúde, assim como omissão e indiferença, interferindo bastante na produção do cuidado, no projeto terapêutico singular, na conduta. As situações vexatórias, os olhares curiosos, certas brincadeiras de mau gosto, atitudes preconceituosas e discriminatórias são reais e presentes no contexto da atividade profissional (DUARTE, 2014, p. 77-98).

O CFESS – Conselho Federal de Serviço Social foi eleito por três anos consecutivos por todas as instituições no processo eleitoral vigorado em Brasília, no Distrito Federal, para coordenar o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD/LGBT), que é o órgão no qual tem por dever aumentar as políticas públicas para o segmento LGBT, formulando e propondo ações governamentais nacionais, para combater a descriminalização para o mesmo.

O CFESS e o CRESS – Conselho Regional de Serviço Social, também estão vinculados ao Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans, que prioriza trabalhadores trans para maior suporte do evento, valorizando-as e dando abertura necessária na sociedade.

Junto a isso, 'O Amor fala todas as línguas – Assistente Social na luta contra o preconceito' é o nome da Campanha pela Livre Orientação e Expressão Sexual aprovada durante o 34º Encontro Nacional CFESS-CRESS de 2006. Um dos importantes resultados desta campanha foi a aprovação da Resolução CFESS nº 489/2006, que “estabeleceu normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo no exercício profissional do/a Assistente Social, regulamentando princípios inscritos no Código de Ética Profissional”.

No âmbito da produção científica na área de gênero no Serviço Social, as reflexões a respeito da diversidade sexual e dos direitos LGBTQI+ é ainda recente. Só nos últimos dez anos é que este cenário tem se modificado devido às manifestações públicas do movimento LGBT, que trouxeram ao debate denúncias de violência e a necessidade de leis de proteção.

Sobretudo, é através de estudos e espaços de discussões que poderão ser construídas estratégias e políticas públicas viáveis e que venham de encontro às desigualdades sociais. É nesse âmbito que a Assistência Social vem atuante diante desse enfrentamento, garantindo através de programas, projetos e serviços, a minimização das demandas de vulnerabilidade social e violações de direitos e, através das unidades de atendimento como CRAS e CREAS e seus respectivos serviços ofertados como PAIF e SCFV no primeiro e PAEFI no

segundo, promovendo espaços de emancipação dos sujeitos, por meio de acesso a informações e discussões de temáticas, que, muitas das vezes, os usuários não têm conhecimento nenhum.

No campo legislativo profissional do Assistente Social também houveram avanços com ações práticas e posicionamentos que buscam a defesa dos direitos da população LGBT. O Serviço Social é apenas mais um no meio de tantas outras profissões que atuam com as demandas desse movimento, com foco de combater todas as formas de violência, preconceito e discriminações, sendo possível viabilizar mais direitos todos os sujeitos sociais, inclusive a população LGBT.

No âmbito da assistência social, o Plano Nacional LGBT propõe a ampliação dos conceitos de família, de modo a contemplar os arranjos familiares LGBT, para além de uma perspectiva de intersecção que possa assegurar a inclusão do recorte de orientação sexual e identidade de gênero, observando a questão étnico-racial, nos programas sociais do Governo Federal.

Em uma das resoluções do Plano, por exemplo, se mostra reconhecer novos arranjos familiares, tais como as uniões homo parentais e os pares homo afetivos, para fins de aplicação da Política Nacional de Assistência Social, que antes do mesmo incluía apenas como conceito de família aquela chefiado apenas pela mãe.

Entretanto, mesmo com tal medida, muitas das resoluções ali colocadas, não são altamente atendidas, no que diz respeito aos âmbitos municipal e estadual. Nesse sentido, pensar em políticas para esse segmento, seria ampliar nossa concepção sobre o mesmo, trazendo a dignidade para estes, considerando o fato de que os mesmos vivem em um grande desafio contemporâneo em relação com a sociedade e a margem da qual vivem em estado de vulnerabilidade.

Além disso, existem as casas de acolhimento LGBTQI+, que são voltadas para componentes desse segmento que estejam em situação de vulnerabilidade social, muitas vezes causadas pela expulsão do indivíduo após a revelação de sua orientação sexual e identidade de gênero para a família, ou a perda de

emprego pelo mesmo motivo. Essas casas de iniciativa do terceiro setor, e em alguns momentos em parceria com o Estado, tem como objetivo acolher jovens e adultos, trazendo-os projetos de ação educacional, cultural e profissionalizante, além de atendimentos com psicólogos, advogados, assistentes sociais e profissionais da área da saúde.

Criada em 2016, a Casa 1 na cidade de São Paulo, mantido pela sociedade civil, foi instituída para acolher esses jovens e adultos LGBTQI+ marginalizados, tendo três imóveis alugados, sendo um voltado para acolhimento, com capacidade de comportar 20 pessoas, sendo a estadia das mesmas por um período máximo de três meses. O segundo imóvel se chama 'Galpão Casa 1' e possui uma programação socioeducativa com aulas de inglês, espanhol, cursinho preparatório para o ENEM, lutas, costura, modelagem, canto, yoga etc. O terceiro imóvel se trata de uma clínica social com atendimentos psicoterápicos gratuitos e de baixo custo para esse segmento.

O Serviço Social entra com um importante papel nesses projetos, com atendimentos específicos para vítimas de discriminação, violação de direito e violência, e as dificuldades vivenciadas pela comunidade LGBTQI+, passando pela desigualdade na saúde, pelo processo de exclusão no ensino-aprendizagem, pela relação de conflito no contexto familiar e doméstico, necessitando a essas demandas orientações, encaminhamento e até atendimento, focando nos direitos violados destes.

Com isso, mostra-se imprescindível a atuação de um profissional de Serviço Social dentro das esferas dos movimentos sociais, por trabalhar diretamente diante da garantia de direitos da sociedade civil, dando a assistência necessária para todos que dela precisarem, com um enfoque principal na população marginalizada e esquecida, o que inclui a população LGBTQI+.

## **5. CAPÍTULO IV – O Movimento LGBTQI+ EM CAMPO: Investigações e Resultados**

O Serviço Social tem uma forte ligação com o Movimento LGBTQI, ajudando no fortalecimento dos movimentos sociais garantindo cidadania e direitos para todos aqueles que lhe necessitam, como já dito anteriormente, faz parte do projeto ético-político do Assistente Social trabalhar com a questão social, na qual ocasiona a atuação sob todas as desigualdades sociais, exclusão social, quebra de vínculos sociais, comunitários e familiares, e todos os tipos de demandas marginalizadas e discriminadas socialmente.

É necessária uma maior atenção das vias legislativas e até sociais, iniciando uma forma de retirar os assuntos relacionados ao movimento LGBT como um tabu discriminatório e vexatório como ainda é visto atualmente.

Além disso, faz-se necessário a pesquisa exploratória para a constatação dos acontecimentos do mesmo, buscando uma forma de investigar a realidade do movimento atualmente e qual seria a verdadeira referência do Serviço Social no trabalho para com pessoas LGBTQI+.

### **4.1 Pesquisa Exploratória e a Comunidade LGBT**

A pesquisa exploratória é um tipo de pesquisa científica, que quando aplicada salienta uma maior proximidade do objeto que está sendo estudado. Além disso, a mesma também fornece informações e orientação à formulação das hipóteses da pesquisa (GIL, 2007). As técnicas dessa pesquisa possibilitam ao pesquisador escolher o modo mais adequado de sua abordagem e a observar a questões que necessitam de mais atenção durante sua investigação. Segundo Freitas (2013, p. 53), a pesquisa exploratória de modo geral, assume um papel de pesquisa bibliográfica e de estudo de caso, sendo conhecida como um levantamento bibliográfico sobre o assunto a ser discutido.



Para isso, a escolha do procedimento que mais se encaixa no tema em questão depende do material, dos objetivos da pesquisa e da posição ideológica e social do pesquisador (Chizzotti, 2006, p. 98).

Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema estudado. Abrangendo o levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tenham domínio do assunto do tema, pesquisas de campo onde todo esse levantamento será usado para compreensão do tema estudado. Com isso, através de formulários online, utilizaremos a metodologia da pesquisa exploratória para a aproximação ao objeto estudado de modo que possamos concluir este feito e que essa pesquisa subsequente seja concebida com uma maior compreensão e entendimento. Sendo assim possível captar dados da realidade através de impressões e informações obtidas por investigação, observação e sistematização.

#### **4.2 Campo e Teoria: O Movimento LGBTQI+ no cotidiano**

Segundo José Filho (2006, p.64) “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”, ou seja, para se entender os fatos supracitados é necessário mostrar uma aproximação do caso estudado, com isso, pesquisar elimina a ideia empírica daquele objeto, o transformando em algo concreto, domado de realidade e aspectos teóricos.

O tema aqui atuante seria “um tema pouco explorado, tornando-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (Gil, 2000, p.43), por isso se faz necessário à pesquisa exploratória, induzindo ao pesquisador uma maior familiaridade com a problemática central. Para conhecer o movimento em seu cotidiano, e a vivência dessas pessoas marginalizadas por um Estado conservador, é indispensável à ida a palestras, casas de acolhimento, entrevistas, pesquisas informativas online, além de ir aos eventos direcionados a esse público, como a Parada LGBT e conversas com pessoas que vivem diariamente essa exclusão social.

Para dar início a investigação fomos até a 2º Parada do Orgulho LGBT em Santos, no dia 29 de setembro de 2019, a mesma foi organizada pela Comissão Municipal de Diversidade Sexual de Santos, que programou mais um ano da Semana Municipal de Diversidade Sexual, que em 2019 estava em seu oitavo ano, contando com muitas palestras, oficinas, aulas e exposições voltadas para o público LGBT.

No dia 23 de setembro, segunda-feira aconteceu a exposição de fotos “Com muito Orgulho” no Museu de Imagem e do Som de Santos (MISS), e a palestra localizada na Câmara Municipal de Santos, chamada “Adoção Homoafetiva” com o palestrante Dr. Carlos Alberto Caramello Jr, conhecido como o décimo segundo promotor de justiça de Santos.

No dia 24 de setembro aconteceu a roda de conversa “Acolhimento de Mães, Pais e População LGBT” no SESC-Santos, contando com a presença dos palestrantes da Casa 1, Casa Florescer, Mães pela Diversidade, Pais Afetivos e Eternamente Sou.

Na quarta dia 25, aconteceu a atividade “Ateliê Aberto de Costura” e a oficina “Juventude, Relações na Escola e Enfrentamento da LGBTfobia” com as facilitadoras Bruna Reis, Priscilla Kaaraver e Gabriela Borges, coordenadas pela Prof. Dra. Cristiane Gonçalves da Silva e a Prof. Dra. Patrícia Leme O. Borba, ambos localizados no SESC-Santos.

Na quinta dia 26 de setembro aconteceu o painel “Visibilidade Trans: Inclusão e Cidadania” com os palestrantes Maitê Schneider, Taiane Miyake, Flavia Bianco e Murilo Thomaz, também localizados no SESC-Santos.

Na sexta, dia 27 aconteceu o “Curso de Drag Queen”, além do documentário e bate papo “Meu Corpo é Político” no SESC-Santos. Sábado, dia 28 aconteceu a atividade “Personal Drag – Aula de Performance” no SESC-Santos, além de acontecer no MISS a atividade “Orientação Jurídica: Diversidade e Direitos”, “Defesa Pessoal para LGBT”, houve também a palestra e apresentação do livro “Barebacking Sex: a roleta-russa da AIDS?” com o autor

e palestrante Dr. Paulo Sergio Rodrigues de Paula e a palestra “Saúde Sexual e Reprodutiva: Interesse de Quem?” com a palestrante Tais Costa Bento.

E por último no dia 29 de setembro, domingo, a 2ª Parada do Orgulho LGBT de Santos, que contou com várias atrações como apresentações de Drag Queens e grupos de dança (CMDS,2019).

Figura 8: 2ª Parada do Orgulho LGBT de Santos



Fonte: Das Autoras, 2019.

Inicialmente é necessário salientar que dar palco para esses eventos é crucial para a visibilidade do movimento e o entendimento de pessoas heteronormativas sob as pautas abordadas pela comunidade. Na Parada LGBT o público envolto não são apenas um composto de pessoas homossexuais, não-binária, ou sem gênero; o evento é feito para todos que apoiam as causas sociais e sentem aversão a todo tipo de discriminação e preconceito. É um local livre de padrões sociais onde todos podem ser livres para ser quem são e amar quem amam, sem nenhum tipo de preconceito e ou opressão social.

Além do entendimento sobre cada vertente da sigla LGBT, que se tornou a mesma em 2008, após entender a necessidade de fornecer uma maior visibilidade para Lésbicas, colocando a letra L no início da sigla, mudando de GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros/Travestis) para LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros/Travestis) em 2008. (ASSOCIAÇÃO DA PARADA DO ORGULHO GLBT DE SÃO PAULO, 2018).

Outro momento em que nos aproximamos da realidade da comunidade LGBTQI+ foi durante a palestra da Taiane Miyake, Coordenadora Executiva da Comissão Municipal de Diversidade Sexual de Santos, São Paulo. A palestra ocorreu durante a 31ª Semana da Educação Professor Paulo Freire, tendo como proposta de temática “Diversidade sexual e de gênero e a cidadania LGBT”.

A palestra em questão era voltada principalmente para área da educação, para também trazer aos professores o saber sobre o segmento, já que é na infância que é iniciado o processo de descoberta da sexualidade. A palestrante em questão então abordou principalmente temas voltados para a vivência travesti/transgênero/transformista, explicando em um primeiro momento sobre a diferença entre as bandeiras de luta da comunidade LGBTQI+ e a diferença entre sexo biológico, orientação sexual, expressões de gênero e identidade de gênero, entrando em pautas do papel de gênero e o comportamento socialmente esperado para pessoas do sexo biológico masculino e feminino.

A mesma reforçou questões sobre o preconceito na área da saúde como a antiga colocação do termo homossexualidade, que antigamente se pautava como homossexualismo, tendo o caráter de doença. Também apontou diferenças entre travestis, transsexuais e transgêneros, trazendo exemplos da cultura popular brasileira e de referências históricas para elencar essas diferenças.

Em dado momento, Taiane colocou em pauta a questão da impossibilidade de formação de grande parte da comunidade travesti e transsexual, para além de questões de discriminação no âmbito familiar, na comunidade e no mercado de trabalho, marginalizando esse segmento, de forma que sua identidade é sempre atrelada a prostituição — segundo dados

apontados pela palestrante, cerca de 90% da população supracitada se estabelecem nesse meio—, que se configura como seu único meio de subsistência, lembrando que essa categoria enquanto profissão não é crime. Entretanto, nem todas se colocam nessa alternativa, mas sim em subempregos, mesmo que em uma menor quantidade.

A problemática do nome social também foi discutida, onde a palestrante citou a Lei Municipal Complementar nº 873/2015, sendo Santos a única cidade da baixada santista a ter uma lei que garanta esse direito ao segmento, entretanto apenas durante a vida, pois no óbito ainda é usado o nome de nascimento. Em outros locais do Estado, é assegurado o uso do nome social para os pertencentes à comunidade pelo Decreto Estadual nº55.588/2010.

Elencou também a questão do preconceito em relação aos banheiros, onde não é socialmente aceito que mulheres trans usem o banheiro feminino, por exemplo. Também trouxe para equiparação da LGBTfobia a crime de racismo, sendo uma conquista para o segmento, trazendo informações de como podem ser feitas as denúncias contra o ato de discriminação.

Taiane, além de atuar na Comissão Municipal de Diversidade Sexual de Santos, atua como agente de prevenção voluntária levando conhecimento sobre formas de prevenção a AIDS e outras IST's e hepatites virais e encaminhamentos ao Centro de Testagem e Aconselhamento. Também pontuou conquistas municipais e individuais para com o segmento.

Por fim, a mesma encerrou a palestra com um convite para a participação na 2º Parada do Orgulho LGBT de Santos, abrindo um espaço para perguntas e relatos dos que estavam presentes.

A visita até esses espaços foi essencial para uma formação tanto pessoal quanto de pesquisador, deixou muitos aprendizados referente o cotidiano LGBT e a luta constante para a ampliação dos direitos sociais. Sendo a partir disso que iremos dialogar com a hipótese da pesquisa. A partir de toda essa observação é que iremos conseguir nos sentir pertencentes às pautas do movimento, e só assim poderemos justificar essa problemática de forma nata e coesa.

### 4.3 Discussões e Resultados da Hipótese

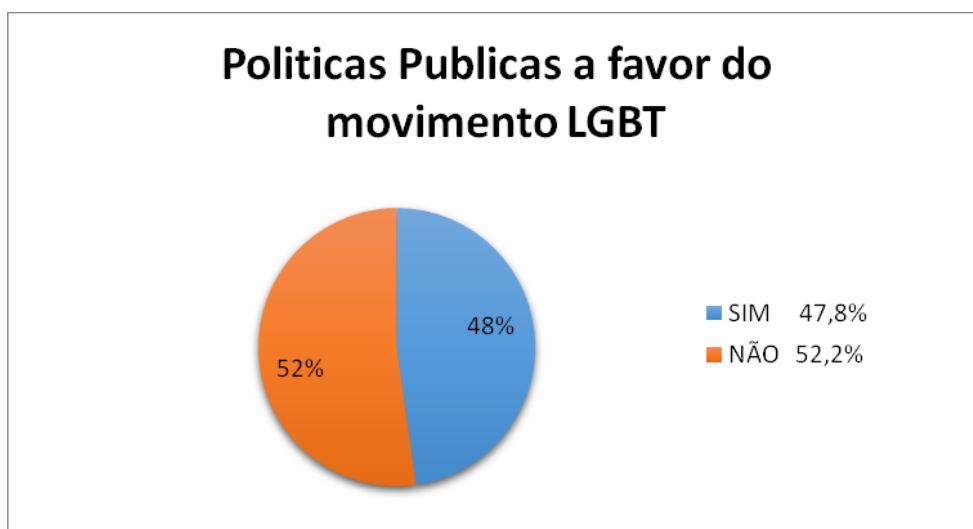
Em pressuposto, esta pesquisa dialoga diretamente com a sua hipótese, que seria: “Sabendo da exclusão social para com o Movimento LGBTQI+, durante essa pesquisa procurou-se elencar maneiras de como poderia ser feita a afirmação, o reconhecimento e a ampliação dos direitos sociais para o segmento LGBTQI+, para que assim aumente a visibilidade ao mesmo, e por assim dizer, colaborar para a concretização da plena cidadania ao movimento.” ou seja, de que forma poderíamos incitar uma visibilidade mais clara, erradicar tabus e fornecer conhecimentos em prol do movimento, ampliando e assegurando a cidadania LGBT e os direitos sociais deste grupo.

Para conversar de forma mais direta com a hipótese, foi-se necessária uma maior aproximação com o conteúdo exposto no mesmo, com isso os diálogos com indivíduos de dentro da comunidade LGBTQI+, se tornou uma forma impreterível de busca por maiores conhecimentos.

A partir disso, fizemos uma pesquisa descritiva informativa sobre as causalidades apresentadas dentro do movimento. Foram contatados assuntos variados com enfoque essencial nos direitos da população LGBT, cidadania LGBT, atendimentos públicos para a população LGBT, legislação a favor da comunidade, identidade de gênero, orientação sexual, discriminação e preconceito no mercado de trabalho e na formação profissional LGBT.

Apoiado nisso, foi-se constatado que grande parte das pessoas de dentro do movimento ainda tem algumas dúvidas sobre legislação LGBT, fomentado do assunto de política pública LGBT, das 205 pessoas que contatados informalmente sobre o assunto, 52,2% revelaram não conhecer nenhuma política pública a favor das pessoas LGBT.

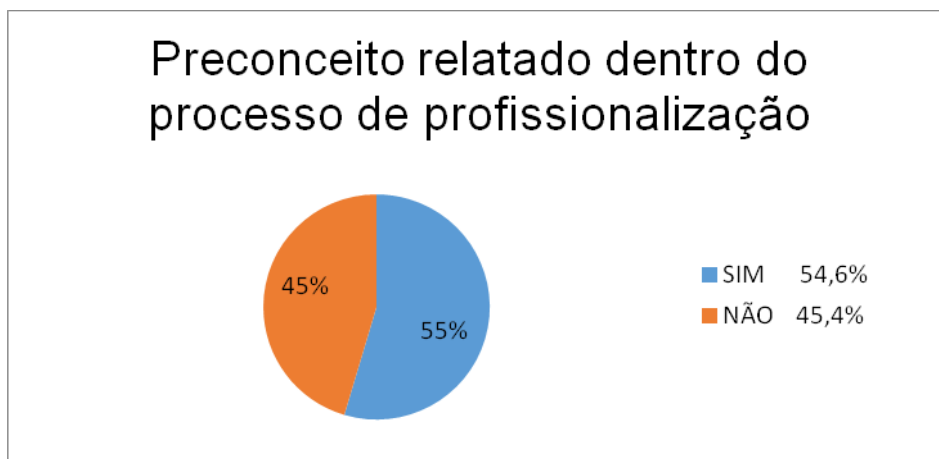
Gráfico 1: Políticas Públicas a favor do movimento LGBT



Fonte: Das autoras, 2020.

Sobre os questionamentos da vivência do preconceito no mercado de trabalho, foi-se relatado que 54,6% de 205 das pessoas que dialogamos informalmente relataram terem sofrido com este mal.

Gráfico 2 Preconceito relatado dentro do processo de profissionalização



Fonte: Das Autoras, 2020.

A orientação sexual das pessoas contatadas variou bastante, usamos de base alguns dados fornecidos pela Secretaria de Cultura do Governo do Estado de São Paulo. O boneco do Gênero foi usado em prol de informar os participantes da pesquisa descritiva informativa, para que os mesmos pudessem ter um discernimento maior sobre o assunto, já que estamos tratando de idades, gêneros, orientações sexuais e vivências diferentes.

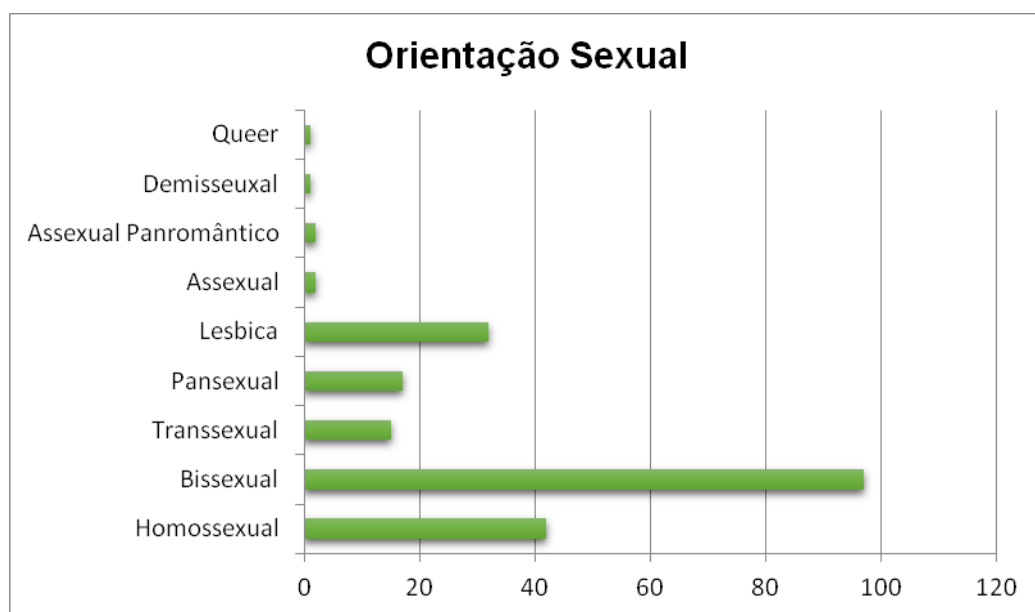
Figura 9: Boneco do Gênero



Fonte: Governo do Estado de São Paulo, 2020.

A partir disso a orientação sexual dos entrevistados variou bastante, como mostrado a baixo, exibindo claramente a diversidade existente da orientação sexual atualmente e como esse é o assunto essencial a ser discutido e incluído no cotidiano popular das pessoas, principalmente de pessoas heteronormativas, em prol da propagação da informação e da visibilidade das nomenclaturas do movimento.

Gráfico 8: Orientação Sexual

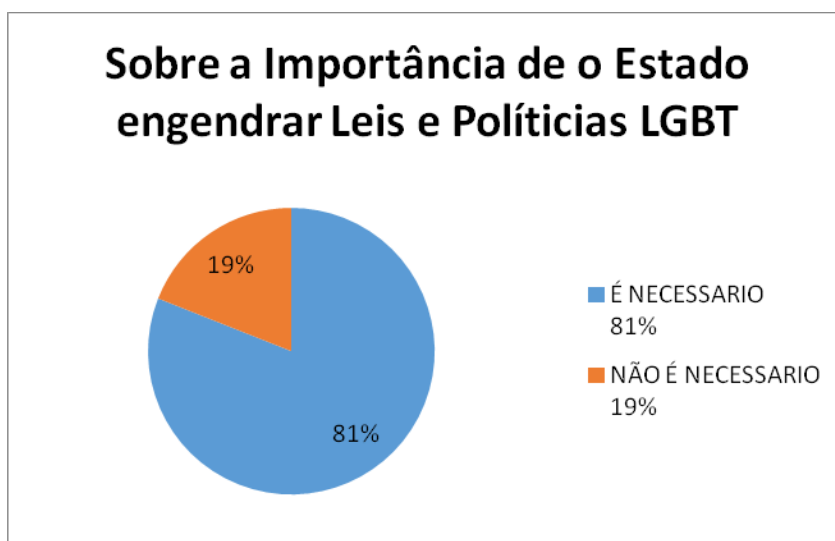


Fonte: Das autoras, 2020.



Além desses dados, também foi constatado que a Lei é uma parte muito importante para as pessoas de dentro do movimento, já que políticas contra a LGBTfobia é essencial para a queda, ou até mesmo a erradicação do preconceito e discriminação, sendo muito importante para a taxa de mortalidade desse grupo, já que mulheres e homens transexuais são os mais atingidos com a mesma.

Gráfico 4: Sobre a Importância de o Estado engendrar Leis e políticas LGBT



Fonte: Das autoras, 2020.

Relacionado à saúde pública, foi perguntado aos entrevistados se em algum momento da vida dos mesmos como usuários da saúde pública no Brasil, eles já foram alvo de algum tipo de preconceito ou discriminação, deixando frisado o SUS – Sistema Único de Saúde, CRAS- Centro de Referência da Assistência Social, CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, ou qualquer outra assistência. Dos 205 entrevistados, 17,6% relataram algum tipo de discriminação. E para além disso conversamos um pouco sobre o Art.64 do Ministério da Saúde os critérios do mesmo para procedimentos hemoterápicos dentre os mesmos, existe um inciso que fala sobre a abstinência sexual de 12 meses para homens que tiverem relações com outros homens, dificultando os procedimentos. A grande massa dos entrevistados entendeu essa afirmação como algo preconceituoso por parte do Ministério da Saúde, segundo os dados 92,7% das pessoas acham essa afirmação de tom discriminatório.

Gráfico 5 A afirmação do Art.64 do Ministério da Saúde pode ser considerada discriminatória com a população LGBT?



Fonte: Das autoras, 2020.

Segundo os dados, é importante colocar que a saúde é um direito de todos que estejam em solo brasileiro (COSTA, 2007) os serviços prestados devem fornecer um atendimento a todos os usuários distintos que solicitem o sistema. Embora a equidade seja algo garantido por lei a todos, essa análise se mantém mais distante quando se partilha da violência institucional que pessoas LGBT sofrem diariamente. Segundo Cisne e Santos (2018) a LGBTfobia seria certos tipos de violação de direitos contra esse segmento sendo de forma pública ou privada, limitando a liberdade sexual dos mesmos, sendo assim:

A expressão LGBTfobia como o conjunto de anseios como ira, nojo, desconforto, receio, horror, desprezo e descaso pelas pessoas que não estão inclusas nas definições rígidas amarrados a heteronormatividade e a dialética binária de gênero. O binarismo parte da premissa que o masculino e o feminino são polos de ideias que se contrapõem e não se complementam. (MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018, P.7).

Existiu um avanço nas políticas públicas a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva, que foi de 2003 a 2011 e a continuidade do mesmo no governo

posterior ao de Lula, o de Dilma Rousseff que foi de 2011 a 2016. O PT – Partido dos Trabalhadores tem um grande histórico de colaboração e de inserção de visibilidade aos movimentos sociais, e com o movimento LGBT não foi diferente, como já dito anteriormente.

Os veículos midiáticos são essenciais para se criar as identidades das pessoas de dentro do movimento, para que os mesmos se enxerguem como sujeito de direito e pertencentes a algo. Segundo Zygmunt Bauman (2005), a identidade se mostra como algo inventado e não descoberto, sendo algo inconcluso e precário, visto que as identidades atualmente são mais individuais do que coletivas, ela existe a partir dos vínculos que criamos com outras pessoas e as nossas conexões as mesmas, sendo esses vínculos estáveis. Segundo o mesmo, a modernidade líquida ocasiona vários tipos de identidades a serem inventadas ainda.

Para as pessoas de dentro do movimento não precisarem mais limitar a sua liberdade de expressão por causa da violência ainda existente na sociedade contemporânea, o primeiro passo, que atualmente está cada vez mais em pauta, seria a visibilidade midiática, já que como dito acima, é a partir dela que nasce o pertencimento, é em uma novela, um filme ou uma série, que essas pessoas irão se enxergar e ter o primeiro contato com sujeitos que tenham uma vivência igual ou parecida a dela. Por isso os eventos LGBT nas cidades, os Conselhos Municipais de Diversidade Sexual, as semanas de comemoração do movimento LGBT e a Parada LGBT que já é algo findado no Estado de São Paulo e pelo mundo, são muito importantes para o reconhecimento do movimento como uma pauta importante a ser conversada e instituída socialmente. Entretanto é interessante a iniciação de estudos em instituições públicas e privadas como escolas e faculdades, onde ainda existe uma homofobia institucional, que gera uma exclusão desde a infância. Pouco se fala sobre homofobia em sala de aula, que segundo Borrillo (2009) seria:

A homofobia é a atitude de hostilidade para com os homossexuais. O termo parece ter sido utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, 1971, mas foi somente no final dos anos 1990 que ele começou a figurar

nos dicionários europeus. Embora seu primeiro elemento seja a rejeição irracional ou mesmo o ódio em relação a gays e lésbicas a homofobia não pode ser reduzida a isso. Assim como a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, ela é uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal. Devido a sua diferença, esse outro é posto fora do universo comum dos humanos. (BORRILLO, 2009, p. 15).

Ou seja, é a ocasionalidade que expõe um nível de poder sob o outro indivíduo, sendo assim pessoas heterossexuais em tese superiores a pessoas homossexuais, gerando uma hierarquização entre pessoas heterossexuais e homossexuais. Sendo um laço propício para a desigualdade e a exclusão social desse grupo. O reconhecimento e a afirmação se dão a partir da liberdade investida pelas instâncias de poder, elas têm o dever de prover não só leis, mas meios para os quais possa acontecer a erradicação da violência a pessoas LGBT. Implantação de Leis mais eficazes, além da manutenção e da execução das mesmas. Colocando a pauta LGBT como uma prioridade, arredando o conservadorismo do poder, sendo o estado o meio concessor da cidadania LGBT.

O andamento das Leis para o movimento LGBT é algo que precisa ser mais falado no Congresso. Existem muitos projetos de lei parados, e é a partir dessa ampliação de leis igualitárias para o segmento LGBT que poderá acarretar a cidadania plena de todos os envolvidos. A participação de homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais e outros na política são essenciais para que se desenvolvam maiores direitos. Para que isso melhore, é preciso a laicidade do Estado de forma precisa, diminuindo a frente parlamentar evangélica e aumentando a diversidade entre a bancada. Segundo Maria Betânia de Melo Ávila:

A influência das posições hegemônicas das instituições religiosas está presente no cotidiano dos processos de sociabilidade e tem muita força na construção do senso comum. É preciso pensar sobre a dimensão cultural da ideia de laicidade. No caso do Brasil, a igreja católica é uma das instituições que contribuiu para a formação de uma sociedade hierárquica, autoritária e intolerante com a liberdade de religião. (ÁVILA, 2006, p.17).

Fazendo um paralelo com o movimento, esse senso comum teoricamente imposto para com as pessoas, segundo a influência que a Igreja ocasiona mundialmente, gerou certo preconceito quanto à liberdade sexual das pessoas. E para, além disso, dentro do parlamento não seria diferente, por isso a exclusão institucional do movimento LGBT é algo conjuntural, pois vem de uma estrutura social criada há muitos anos a base da repulsa a este segmento. Sendo assim a laicidade total do Estado um dos meios para combater atos discriminatórios dos governantes do país.

A cidadania LGBT plena só se dará quando existir força parlamentar suficiente que entenda e preserve a vida LGBT de forma clara, que forneça leis ampliadoras de direitos e fomente a informação da população para que o movimento seja respeitado. Até esse momento, a luta permanece e persiste em direitos e reconhecimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória dos Movimentos Sociais se dá desde o século XVI, onde embates como a Confederação dos Tamoios, a Insurreição Pernambucana, entre outros, se deram através de um ato político de um coletivo de pessoas em busca de um mesmo objetivo. Com o passar dos anos, chegando na atualidade, os mesmos passaram a ter um aspecto político mais organizado, de forma a colocar em pauta a luta e defesa dos interesses sociais de cada segmento.

Foram diversos os movimentos sociais que ganharam destaque no Brasil pós ditadura militar, sobretudo em razão do que foi chamado por muitos autores de “cidadania regulada”, ao qual diz respeito a uma cidadania voltada apenas para aqueles que possuem privilégios perante o sistema. Esses privilégios são aqueles gerados pelo modo de produção capitalista, que é o responsável pela questão social e suas expressões onde, de uma maneira geral, aqueles que possuem o lucro gerado pelo capital, comandam os que para o capital trabalham, sendo esses os trabalhadores assalariados.

Como a história nos aponta, o capitalismo se solidifica desde seu início através das forças da Igreja Católica e de seus ideais conservadores, de maneira que aqueles que estão no poder do capital, se consolidam através de sua junção para com a religiosidade.

O Movimento LGBTQI+ teve seu primeiro ato registrado na Holanda, em 1940, após usarem o termo “Sodomia” como sinônimo de pecado, correlacionando-o a palavra com a dizimação de Sodoma, cidade que segundo a Bíblia foi palco de destruição de Deus após a população local praticar atos imorais. Esse ato acarretou uma imagem preconceituosa e excludente para com a comunidade LGBTQI+, de forma que um grupo de pessoas se uniu para publicar mensalmente anúncios que diminuíssem esse tipo de discriminação. Após esse episódio, o Movimento LGBTQI+ então passou por outros diversos momentos de luta contra a represália gerada pelo conservadorismo e alimentada pelo modo de produção capitalista.

No Brasil, o segmento LGBTQI+ teve destaque em suas lutas após o momento de ditadura militar que o país passou nos anos de 1960. Esse destaque se deu na luta pela sua legitimação de suas pautas, ativismos e manifestações culturais. Tendo o Estado como seu maior inimigo em virtude de seu viés ainda conservador, a exclusão social desse segmento se pauta nos direitos sociais e na sua não universalização quando se trata do público LGBTQI+.

O profissional de Serviço Social, dentro das diretrizes da Lei de Regulamentação da Profissão e do seu Código de Ética, se coloca como principal atuante para com a luta desse segmento. Tendo em vista que as expressões da questão social são seu objeto de trabalho e a garantia de direitos como seu objetivo, o assistente social faz um papel de assessoria no que diz respeito aos movimentos sociais e as políticas sociais que o mesmo reivindica, além de trabalhar pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania, de forma que o mesmo não só vai trabalhar no acesso dos mesmos às políticas já existentes, como será um canal de comunicação para que novas políticas sejam traçadas.

Avanços aconteceram ao longo dos anos, mas os pertencentes ao movimento ainda lutam por políticas sociais e assistenciais dentro dos âmbitos da saúde, da educação, cultural, de inserção no mercado de trabalho, além de medidas judiciais para combater o preconceito e a exclusão que tal comunidade ainda sofre de forma velada ou explícita, mas que são abafadas pelo conservadorismo do Estado, bem como a violência que mata milhares de LGBTs no país por ano.

Destaca-se, por exemplo, a defasagem para com os cuidados que os pertencentes ao segmento necessitam, como em questões de um atendimento mais humanizado e preparado para recebê-los em suas pluralidades, com respeito às fragilidades que passam em razão de sua identidade de gênero e sexualidade, bem como ao que diz respeito a saúde mental desses indivíduos, que ainda recentemente tinha como proposta uma cura psicológica e medicinal para o que eles representam enquanto pessoas, tratando-os como doentes.

Na perspectiva educacional, podemos expor a represaria sob materiais que deveriam não só apresentar o funcionamento do corpo humano na maneira biológica e heteronormativa, como também lidar com a questão incluindo aqueles que não se sentem incluídos no âmbito cisgênero, além da falta de mecanismos de apoio para que a criança pertencente ao Movimento não deixe de frequentar as aulas em razão da falta de preparo e da exclusão gerada pelo preconceito, que por motivos conservadores, não é trabalhado para ser desmistificado.

O que nos leva a outra perspectiva, que seria a empregatícia, com um grande número de pessoas da comunidade LGBTQI+ vivendo as margens da sociedade, por não terem tido a oportunidade de terminar os estudos, tendo de se submeter em trabalhos precários, como acontece com as pessoas trans., ingressando o trabalho de profissional de sexo, estando a mercê do que a noite as trará, e nunca conseguindo sair dessa situação sem um auxílio que se faz necessário, que de certa forma existe, mas não para quem não está dentro dos padrões impostos pela sociedade.

Nesse sentido, altera-se também a questão econômica da sociedade, onde a censura dos meios de comunicação dificulta o trabalho contra a discriminação dessa parte da população, além de diminuir ainda mais a oportunidade dos mesmos se instituírem através da arte, uma alternativa que os garantiria uma perspectiva de mudança.

Com isso, a luta da Comunidade LGBTQI+ se mostra completamente necessária tanto no âmbito de políticas públicas voltadas para a mesma, como também no que diz respeito ao estudo e a pesquisa para que essas políticas sejam criadas, de forma a incluí-los e fazê-los sujeitos de direito não só parcialmente, mas como um todo, assim como a população hetero cisgenera é.

Dessa forma, esperamos que com esse estudo, o segmento LGBTQI+ consiga se sentir mais incluso quanto as suas demandas e sua história de luta, efetivando toda a busca por direitos do movimento, cujo qual ainda é discriminado e diretamente afetado pela distinção feita pelo Estado para com os seus direitos como indivíduos, bem como no que diz respeito a atenção do



mesmo para com as políticas públicas nas áreas da assistência, educação, saúde, cultura, segurança e mercado de trabalho para os pertencentes ao movimento.

Esperamos também que o aumento de estudos acadêmicos sobre o segmento contribua com projetos de leis que venham a garantir justiça quanto aos crimes de LGBTfobia, que matou e ainda mata muitos dos pertencentes do movimento por falta de impunidade. E para aqueles que continuam em luta enquanto sua plena cidadania não é efetivada em todas as suas pautas de resistência, que o Serviço Social consiga trabalhar diante da sua plena inclusão dentro dos seus diversos meios de seu trabalho diante da sociedade.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

Adolescência. **Brasil sem Homofobia.** Disponível em: <<http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/brasil-sem-homofobia>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

Amino. **13 Bandeiras que representam identidade, orientação sexual ou gênero.** Disponível em: <[https://aminoapps.com/c/comunidade-lgbt/page/blog/13-bandeiras-que-representam-identidade-orientacao-sexual-ou-genero/WJZo\\_jDzHXuLJjLdD4lvzVorRlzPe6j60r](https://aminoapps.com/c/comunidade-lgbt/page/blog/13-bandeiras-que-representam-identidade-orientacao-sexual-ou-genero/WJZo_jDzHXuLJjLdD4lvzVorRlzPe6j60r)> acessado em: 8 de novembro de 2019.

Atribuna. **Ativistas comentam a importância das lutas e demandas do meio LGBT.** Disponível em: <<https://www.atribuna.com.br/noticias/atualidades/ativistas-comentam-a-importancia-das-lutas-e-demandas-do-meio-lgbt-1.45851>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

AIDS. **CTA Santos - Seção de Prev. Controle de Aids - SEAIDS / Coord. Mun. de DST/Aids/Hepatites Virais.** Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/cta-santos-secao-de-prev-controle-de-aids-seaids-coord-mun-de-dstaidshepatites-virais>> acessado em: 15 de janeiro de 2019.

Alves Reis, Roberto, Maia, Rousiley, **Do pessoal ao político-legal: estratégias do jornalismo para enquadrar os movimentos gays.** Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia [Internet]. 2006; (30):46-61.

BAUMAN, Zygmund (2005). **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito.** São Paulo: Autêntica, 2010. 144 p. Tradução de: Guilherme João de Freitas Teixeira.

BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. (Orgs.). **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010

Brasil de Fato. **Homofobia e desigualdade social**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/11310/>> acessado em: 7 de novembro de 2018.

Brasil de Fato. **10% dos brasileiros são LGBTI, mas estão sub-representados na política**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/06/19/cerca-de-10-da-populacao-brasileira-pessoas-lgbti-sao-sub-representadas-na-politica/>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

Carta Capital. **Da Constituinte à "cura gay", embate entre evangélicos e LGBTs avança**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/da-constituente-a-cura-gay-a-luta-entre-os-evangelicos-e-lgbts-no-congresso>> acessado em: 25 de maio de 2018.

Camara. **Conheça as reivindicações dos homossexuais**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/21893-conheca-as-reivindicacoes-dos-homossexuais/>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

Camara. **Projeto suspende resolução sobre atendimento socioassistencial da população LGBT**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/550488-projeto-suspende-resolucao-sobre-atendimento-socioassistencial-da-populacao-lgbt/>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

Camara. **Cresce número de denúncias de estupro "corretivos" contra lésbicas, segundo especialista**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/540765-cresce-numero-de-denuncias-de-estupro-corretivos-contra-lesbicas-segundo-especialista/>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

Camara. **Proposta susta realização de 4ª Conferência Nacional de Políticas Públicas LGBT**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/549802->

proposta-susta-realizacao-de-4a-conferencia-nacional-de-politicas-publicas-lgbt/> acessado em: 8 de novembro de 2019.

Catraca Livre. **Saiba quais direitos as leis brasileiras garantem à população LGBT.** Disponível

em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/saiba-quais-direitos-as-leis-brasileiras-garantem-populacao-lgbt/>> acessado em: 22 de abril de 2018.

CARVALHO, Willian Ladeira de. Cartazes da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo: Uma Visão Semiótica. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Joinville - SC – 2 a 8/09/2018

Capricho. **Você conhece a história e o significado da bandeira LGBTQ+?.** Disponível em: <<https://capricho.abril.com.br/vida-real/voce-conhece-a-historia-e-o-significado-da-bandeira-lgbtq/>> acessado em: 20 de maio de 2019.

CES. **As Novas Expressões da “Questão Social” e as Famílias Brasileiras: Reflexões para o Serviço Social.** Disponível em: <[http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097\\_enps%20-%20fam%EDlias%20e%20quest%E3o%20social.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_enps%20-%20fam%EDlias%20e%20quest%E3o%20social.pdf)> acessado em: 22 de abril de 2018.

CFESS. **Serviço Social na luta pelos direitos da população LGBT.** Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1198>> acessado em: 20 de abril de 2018.

CFESS MANIFESTA. **O Trabalho de Assistentes Sociais Junto aos Movimentos Sociais.** 16º Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (Enpess) Vitória (ES), 2 a 7 de dezembro de 2018. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessManifesta-16Enpess-GTPAbepss-site.pdf>> acessado em: 30 de março de 2020.

CFESS. **Sou Trans, Quero Dignidade e Respeito.** Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1187>> acessado em: 20 de abril de 2018.

CFESS. **A luta pelos direitos da população LGBT e contra a LGBTfobia também é do Serviço Social.** Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1180>> acessado em 22 de abril de 2018.

Conjur. **É preciso falar das minorias: violência e o nefasto discurso de desdém.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-dez-03/mp-debate-nefasto-discurso-quem-desdenha-lutas-minorias>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

CRESS. **Direitos Humanos e Cidadania: Um Desafio ao Serviço Social Contemporâneo.** Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/DIREITOS%20HUMANOS%20E%20CIDADANIA%20UM%20DESAFIO%20AO%20SERVI%20SOCIAL%20CONTEMPOR%20NEO.pdf>> acessado em: 22 de abril de 2018.

Ciência e Cultura. **A fluidez da inclusão/exclusão social.** Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252006000400002](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400002)> acessado em: 8 de junho de 2018

Conselho Regional de Psicologia SP. **Histórico da Luta LGBT no Brasil.** Disponível em: <[http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos\\_tematicos/11/frames/fr\\_historico.aspx](http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx)> acessado em: 18 de abril de 2018.

COTTA, D.; CABRAL FILHO, A. V. PARADA DO ORGULHO LGBT: uma estratégia de visibilidade cultural e midiática. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v.3, n.3, p.26–41, set/dez, 2015.

Correio Braziliense. **Transexual, Travesti, Drag Queen...Qual é a Diferença?** Disponível em: < <http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexual-travesti-drag-queen-qual-e-a-diferenca>> acessado em: 18 de abril de 2018.

Diário do Litoral. **Santos registra quase que diariamente um novo caso de HIV.** Disponível em: <<https://www.diariodolitoral.com.br/saude/santos-registra-quase-que-diariamente-um-novo-caso-de-hiv/45308/>> acessado em: 15 de janeiro de 2019.

DUTRA, R,G.; MIRANDA, L, X. **TERRITORIALIDADES NA PARADA LGBT DE JUIZ DE FORA – MG.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.35, Volume Especial, p. 136-153, 2013.

DUARTE, M. J. de. O. **Diversidade Sexual, Políticas Públicas e Direitos Humanos: saúde e cidadania LGBT em cena.** In: Temporalis. Brasília (DF). 2014 , n. 27, p. 77-98, jan./jun. 2014.

Estado laico e liberdades democráticas/ editado e organizado por Carla Batista e Mônica Maia. - Recife: **Articulação de Mulheres Brasileiras/ Rede Nacional Feminista de Saúde/ SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia/**, Abril 2006.

Educahelp. **LGBTQ+ Pra Quê Tanta Sigla?** Disponível em: <<http://blog.educahelp.com/lgbtq-pra-que-tanta-sigla/>> acessado em: 16 de abril de 2018.

El País. **Brasil é o Céu e o Inferno para Transexuais.** Disponível em:<[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/30/politica/1514633797\\_328738.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/30/politica/1514633797_328738.html)> acessado em: 18 de abril de 2018.

Esquerda.net. **LGBTI: O que é Intersexo?** Disponível em:<<https://www.esquerda.net/artigo/lgbti-o-que-e-intersexo/37566>> acessado em: 25 de maio de 2018.

FERREIRA. Guilherme Gomes. **Diversidade sexual e de gênero e o serviço social no sociojurídico**. Cortez Editora, São Paulo, 2018.

Fundação Perseu Abramo. **CSBH: jornal O Lâmpião da Esquina foi à primeira publicação LGBT do Brasil**. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2017/06/12/csbh-o-lampiao-da-esquina-primeira-publicacao-lgbt-do-brasil/>> acessado em: 20 de janeiro de 2020.

Folha de São Paulo. **Editado por Aguinaldo Silva, jornal gay 'Lâmpião da Esquina' ganha filme**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/08/1804347-editado-por-aguinaldo-silva-jornal-gay-lampiao-da-esquina-ganha-filme.shtml>> acessado em: 20 de janeiro de 2020.

Folha de São Paulo. **O Averso da Cidadania**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs1105200207.htm>> acessado em 20 de abril de 2018

G1. **Casamento gay no Brasil completa 4 anos de regulamentação; leia histórias**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/casamento-gay-no-brasil-completa-4-anos-de-regulamentacao-leia-historias.ghtml>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

G1. **Relação homossexual é crime em 73 países; 13 preveem pena de morte**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/relacao-homossexual-e-crime-em-73-paises-13-preveem-pena-de-morte.html>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

GELEDES. **"A EXPERIÊNCIA NEGRA E GAY NEM SEMPRE É CONTADA", DIZ ATOR DE SEX EDUCATION**. DISPONÍVEL EM: <<HTTPS://WWW.GELEDES.ORG.BR/A-EXPERIENCIA-NEGRA-E-GAY-NEM-SEMPRE-E-CONTADA-DIZ-ATOR-DE-SEX-EDUCATION/>> ACESSADO EM: 20 DE JANEIRO DE 2020.

Globo. **A história por trás da bandeira arco-íris, símbolo do orgulho LGBT.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/a-historia-por-tras-da-bandeira-arco-iris-simbolo-do-orgulho-lgbt.ghtml>> acessado em: 20 de agosto de 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

Grupo Dignidade. **Lampião da Esquina.** Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>> acessado em: 20 de janeiro de 2020.

Hibrida. **MAGNUS HIRSCHFELD, O MÉDICO GAY E JUDEU QUE DEFENDIA LGBTS DO NAZISMO.** Disponível em: <<https://revistahibrida.com.br/2019/04/12/magnus-hirschfeld-o-medico-gay-e-judeu-que-defendia-lgbts-do-nazismo/>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

HuffPost. **Eleitores Transgêneros e Travestis Poderão Usar Nome Social, Decide TSE.** Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2018/04/02/eleitores-transgeneros-e-travestis-poderao-usar-nome-social-decide-tse\\_a\\_23401065/?utm\\_hp\\_ref=br-lgbt](https://www.huffpostbrasil.com/2018/04/02/eleitores-transgeneros-e-travestis-poderao-usar-nome-social-decide-tse_a_23401065/?utm_hp_ref=br-lgbt)> acessado em: 22 de abril de 2018.

Huffpost. **Os 13 projetos de lei prioritários sobre direitos LGBT que estão parados no Congresso.** Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/06/os-13-projetos-de-lei-prioritarios-sobre-direitos-lgbt-que-estao-parados-no-congresso\\_a\\_23450721/](https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/06/os-13-projetos-de-lei-prioritarios-sobre-direitos-lgbt-que-estao-parados-no-congresso_a_23450721/)> acessado em: 8 de novembro de 2019.

HUFFPOST. **22 FILMES E SÉRIES NACIONAIS SEM CENSURA PARA EXALTAR O UNIVERSO LGBT+.** DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.HUFFPOSTBRASIL.COM/ENTRY/FILMES-LGBT-NACIONAIS\\_BR\\_5D5ED0C7E4B0DFCBD48A08C6](HTTPS://WWW.HUFFPOSTBRASIL.COM/ENTRY/FILMES-LGBT-NACIONAIS_BR_5D5ED0C7E4B0DFCBD48A08C6)> ACESSADO EM: 20 DE JANEIRO DE 2020.



Hypennes. **18 litros de sangue é o que o Brasil desperdiça por preconceito.** Disponível em: <[https://www.hypeness.com.br/2019/04/18-milhoes-de-litros-de-sangue-e-o-que-o-brasil-desperdicaporpreconceito/?fbclid=IwAR3weCfKy7jrMigCCRwBu\\_LX2cJjZ3EzzgIczcWO\\_4mg5n25ZYMOcWv\\_gw](https://www.hypeness.com.br/2019/04/18-milhoes-de-litros-de-sangue-e-o-que-o-brasil-desperdicaporpreconceito/?fbclid=IwAR3weCfKy7jrMigCCRwBu_LX2cJjZ3EzzgIczcWO_4mg5n25ZYMOcWv_gw)> acessado em: 8 de novembro de 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

Instituto Búzios. **O movimento GLET - gays, lésbicas e transgêneros.** Disponível em: <[http://www.institutobuzios.org.br/documentos/O%20Movimento%20GLBT\\_Gays%20L%E9sbicas%20e%20Transg%EAneros.pdf](http://www.institutobuzios.org.br/documentos/O%20Movimento%20GLBT_Gays%20L%E9sbicas%20e%20Transg%EAneros.pdf)> acessado em: 4 de novembro de 2018.

Joinpp. **Serviço Social e Direitos da Comunidade LGBT.** Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/servicosocialedireitosdacomunidadeelgbtnotasintrodutoriassobreaspossibilidadesinterventivasdecombateaviolenciadegeneronasescolas.pdf>> acessado em: 22 de abril de 2018

Joinville. **Pesquisa científica: conceito e tipos.** Disponível em: <<http://www.joinville.udesc.br/portal/professores/cristala/materiais/Unidade3aPesquisaCientifica.pdf>> acessado em: 2 de novembro de 2018.

Jusbrasil. **Art. 1 da Lei 7041/15, Rio de Janeiro.** Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/53119995/artigo-1-da-lei-n-7041-de-15-de-julho-de-2015-do-rio-de-janeiro>> acessado em: 16 de abril de 2018.

JOVEM PAN. **“AMOR À VIDA”: TORCEMOS PELO BEIJO GAY E TIVEMOS UMA LINDA LIÇÃO SOBRE O AMOR.** DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://JOVEMPAN.COM.BR/PROGRAMAS/AMOR-VIDA-TORCEMOS-PELO-BEIJO-GAY-E-TIVEMOS-UMA-LINDA-LICAO-SOBRE-O-AMOR.HTML](https://JOVEMPAN.COM.BR/PROGRAMAS/AMOR-VIDA-TORCEMOS-PELO-BEIJO-GAY-E-TIVEMOS-UMA-LINDA-LICAO-SOBRE-O-AMOR.HTML)> ACESSADO EM: 20 DE JANEIRO DE 2020.

Jornal Sociológico. **Exclusão Social, Segundo as Teorias de Karl Marx.** Disponível em: < <http://jornalsociologico.blogspot.com/2009/06/exclusao-social-segundo-as-teorias-de.html> > acessado em: 8 de junho de 2018.

LADO BI. **Conheça outras 20 bandeiras dos movimentos LGBT além do arco-íris.** Disponível em: < <https://www.ladobi.com.br/2014/10/20-bandeiras-lgbt/> > acessado em: 20 de maio de 2019.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LBGT. **O mundo LGBT e a religião.** Disponível em: <<https://www.lgbt.pt/o-mundo-lgbt-e-a-religiao/>> acessado em: 7 de novembro de 2018.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARQUES, Morena; SOUZA, Adrianyce Angelica de; Souza, Daniela Neves de; **Serviço Social e Movimentos sociais: A pesquisa e extensão com organizações da classe trabalhadora no Brasil;** 2015; disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/projeto-de-extensao-nutss/projeto>> acessado em: 30 de março de 2020.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade Vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p 45 e 46.

Metzger. **Pesquisa de campo: conceitos, finalidade e etapas de como fazer.** Disponível em: <<https://blog.metzger.com/pesquisa-de-campo/#O-que-e-uma-pesquisa-de-campo>> acessado em: 24 de fevereiro de 2020.

MELLO, Luiz; BRAZ, Camillo; FREITAS, Fatima Regina de Almeida; AVELAR, Resende Bruno de. **Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas.** Soc. e Cult., Goiânia, v. 15, n. 1, p. 151-161, jan./jun. 2012.

MIRLA, Cisne; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

Mix de Serie. **ERIC, PERSONAGEM GAY E NEGRO DE SEX EDUCATION, É UM GRANDE ACERTO DA SÉRIE**. Disponível em: <<https://mixdeseries.com.br/eric-personagem-gay-e-negro-de-sex-education-e-um-grande-acerto-da-serie/>> acessado em: 20 janeiro de 2020.

MINHA SERIE. **REPRESENTATIVIDADE: OS MAIORES PERSONAGENS LGBT DO MUNDO DAS SÉRIES**. DISPONÍVEL EM: <<HTTPS://WWW.MINHASERIE.COM.BR/NOVIDADES/40954-REPRESENTATIVIDADE-OS-MAIORES-PERSONAGENS-LGBT-DO-MUNDO-DAS-SERIES>> ACESSADO EM: 20 DE JANEIRO DE 2020.

Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. **Violência LGTBólicas no Brasil: dados da violência/** elaboração de Marcos Vinícius Moura Silva –Documento eletrônico –Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 79 p.

Ministério dos Direitos Humanos. **Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD/LGBT)**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/cncd-lgbt>> acessado em: 20 de abril de 2018.

Ministério da Saúde. **SIDA**. Disponível em: <<https://www.minsaude.gov.br/index.php/sua-saude/sida>> **acessado em: 8 de novembro de 2019**.

Medium. **5 edições marcantes do primeiro Jornal LGBTI+ do Brasil**. Disponível em: <<https://medium.com/todxs/5-edições-marcantes-do-primeiro-jornal-lgbti-do-brasil-769334b9bb2>> acessado em: 20 de janeiro de 2020.

Moodle. **Questionário na pesquisa científica.** Disponível em: <[https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1255609/mod\\_resource/content/0/O\\_questionariona\\_pesquisacientifica.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1255609/mod_resource/content/0/O_questionariona_pesquisacientifica.pdf)> acessado em: 2 de novembro de 2018.

Movimento. **Movimento LGBT.** Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2018/09/o-movimento-lgbt/>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

Nações Unidas. **O que são Direitos humanos?** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

NETTO, J.P. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**, Temporalis, Brasília, n.3, 2001.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7. ed. - São Paulo, Cortez, 2009

Nexo. **A trajetória e as conquistas do movimento LGBT brasileiro.** Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

Observatório OG. **Conheça o significado de 9 bandeiras que representam os LGBTs.** Disponível em: <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/listas/2019/06/conheca-o-significado-de-9-bandeiras-que-representam-os-lgbts>> acessado em: 20 de maio de 2019.

OLIVEIRA, Edístia Maria Abath Pereira de Oliveira; CHAVES, Helena Lúcia Augusto. **80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos histórico balizados nos códigos de ética da profissão**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 143-163, jan./abr. 2017.

OMELETE. **SEX EDUCATION E A IMPORTÂNCIA DE FALAR SOBRE SEXO.** DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.OMELETE.COM.BR/NETFLIX/A-](https://www.omelete.com.br/netflix/a-)

IMPORTANCIA-DE-SEX-EDUCATION> ACESSADO EM: 20 DE JANEIRO DE 2020.

Orientando. **Lista de Identidades não-binárias.** Disponível em:<<https://orientando.org/listas/lista-de-generos/>> acessado em: 18 de abril de 2018.

Orientando. **Pan.** Disponível em: <<https://orientando.org/listas/lista-de-orientacoes/pan/>> acessado em: 20 de maio de 2019.

Orientando. **Demi.** Disponível em: <<https://orientando.org/listas/lista-de-orientacoes/demi/>> acessado em: 20 de maio de 2019.

P3. Qüir: **A nova revista LGBT chegou às bancas.** Disponível em: <<https://www.publico.pt/2012/05/20/p3/noticia/quir-a-nova-revista-lgbt-chegou-as-bancas-1813315>> acessado em: 20 janeiro de 2020.

Parou Tudo. **Revistas Veja e Época dão capa ao casamento homo.** Disponível em: <<http://paroutudo.com/2013/casamento-homo-e-capade-veja-e-epoca/>> acessado em: 20 de janeiro de 2020.

PARADASP. **Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo.** Disponível em: <<http://paradasp.org.br/quem-somos/>> acessado em: 24 de fevereiro de 2020.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9.

PRADO, M. A. M.; MARTINS, D. A.; ROCHA, L. T. L. **O litígio sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia institucional.** Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 3, n. 04, 27 nov. 2012.

Puc Sp. **PSICOLOGIA E DESIGUALDADE SOCIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE LIBERDADE E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.** Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/nexin/artigos/download/psicologia-e-desigualdade-social.pdf>> acessado em: 8 de junho de 2018.

Politize. **O que são minorias?** Disponível em: <<https://www.politize.com.br/o-que-sao-minorias/>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

Planalto. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> acessado em: 22 de abril de 2018.

Portugal Gay. **Principais reivindicações – 1º marca LGBT no Porto.** Disponível em: <<https://portugalgay.pt/politica/portugalgay72y.asp>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

Politize. **Conheça a História do Movimento pelos Direitos LGBT.** Disponível em: <<https://www.politize.com.br/lgbt-historia-movimento/>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

Projetos de Pesquisa LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica.**

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de investigação científica.** Tubarão-SC: Ed. Unisul, 2002. 264

Revista Observatório. **“OS LEPROSOS DOS ANOS 80”, “CÂNCER GAY”, “CASTIGO DE DEUS”:** homossexualidade, AIDS e capturas sociais no Brasil dos anos 1980 e 1990. Palmas, v. 4, n. 1, p. 751. jan-mar. 2018.

Revista Trabalho e Sociedade. **Questão Social e Serviço Social: Entre contexto e repercussões.** Fortaleza, v.2, n.2, Jul/Dez, 2014, p.78-95. Disponível em: <<http://www.ratio.edu.br/dados/trabalhosociedade/revista0309/cinco.pdf>> acessado em 18 de abril de 2018.

Revista Movimento. **O Movimento LGBT.** Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2018/09/o-movimento-lgbt/>> acessado em: 10 de janeiro de 2020.

Revista Serviço Social & Sociedade 120: **Formação, trabalho e lutas sociais Por Vários Autores** São Paulo Oct./Dec. 2014: Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=iA2bCgAAQBAJ&dq=Este+projeto+profissional+tem+o+Assistente+Social+como+ser+pr%C3%A1ticosocial+dotado+de+liberdade,+capaz+de+projetar+coletivamente+seu+trabalho,+buscando+sua+implementa%C3%A7%C3%A3o+por+meio+de+sua+atividade&hl=ptBR&source=gbs\\_navlinks\\_s](https://books.google.com.br/books?id=iA2bCgAAQBAJ&dq=Este+projeto+profissional+tem+o+Assistente+Social+como+ser+pr%C3%A1ticosocial+dotado+de+liberdade,+capaz+de+projetar+coletivamente+seu+trabalho,+buscando+sua+implementa%C3%A7%C3%A3o+por+meio+de+sua+atividade&hl=ptBR&source=gbs_navlinks_s)> acessado em: 30 de março de 2020.

Sabedoria Política. **Breve História dos Movimentos Sociais no Brasil.** Disponível em: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/breve-historia-dos-movimentos-sociais-no-brasil/>> acessado em: 16 de abril de 2018.

Santos. **Política Anti-HIV.** Disponível em: <<https://www.santos.sp.gov.br/?q=servico/politica-anti-hiv>> acessado em: 15 de janeiro de 2019.

Santos. CMDS - **Comissão Municipal de Diversidade Sexual de Santos.** Disponível em: <<https://www.santos.sp.gov.br/?q=content/cmds-comissao-municipal-da-diversidade-sexual-de-santos>> acessado em: 24 de fevereiro de 2020.

Santos. **2º Parada do Orgulho LGBT Santos –SP.** Disponível em: <<https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/comissao-municipal-de-diversidade-sexual-de-santos-2a-parada-do-orgulho-lgbt-tema-50-anos-de-stonewall-amar-viver-lutar>> acessado em: 24 de fevereiro de 2020.

Saúde. **Gays, Lesbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/component/content/article/41380-gays-lesbicas-bissexuais-travestis-e-transexuais>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

Secretaria de Estado da Saúde. **Onde receber tratamento?**. Disponível em: <<http://www.saude.sp.gov.br/centro-de-referencia-e-treinamento-dstaidssp/assistencia/onde-receber-tratamento->> acessado em: 15 de janeiro de 2019.

Serviço Social e Cidadania. **O que são direitos civis, políticos e sociais?** Disponível em: <<http://servicosocial-erenilza.blogspot.com/2010/09/o-que-sao-direitos-civis-politicos-e.html>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

SILVA, L. L. **Avaliação da Atuação do Serviço Social na ONG Movimento Gay Leões do Norte e Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia Leões do Norte**. 2015. Disponível em: <<http://arcus-ufpe.com/files/semeap10/semeap1017.pdf>>. Acesso em: 30 de março de 2020.

SILVA, R. A. G. **Protocolo de atendimento às demandas LGBT acompanhadas pelo Centro Estadual de Combate à Homofobia 2012-2013**. 2015. Disponível em: <[http://www2.sedsdh.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=dd12920f-1b2b-4ca0-8d0d-3673211e12c2&groupId=17459](http://www2.sedsdh.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=dd12920f-1b2b-4ca0-8d0d-3673211e12c2&groupId=17459)>. Acesso em: 30 de março de 2020.

Scielo. **Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141449802017000100122](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802017000100122)> acessado em: 15 de janeiro de 2019.

Scielo. **Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141449802017000100122](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802017000100122)> acessado em: 8 de novembro de 2019.

Scielo. De Robert Castel, **A Discriminação Negativa – Cidadãos ou Autóctones?** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v25n3/11.pdf>> acessado em: 16 de abril de 2018.



Scielo. **Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional.** Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S14144980201300030005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14144980201300030005)> acessado em: 8 de novembro de 2019.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo História: Debates e Tendências**, vol. 7, nº 1, p. 9-21, jan./jun. 2008.

Sociologia em Foco. **Direitos Civis, Políticos, sociais, humanos.** Disponível em: <<http://ssasociologia.blogspot.com/2014/09/direitos-civis-politicos-sociais-humanos.html?m=1>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

SPM. **Brasil sem Homofobia.** Disponível em:<[http://www.spm.gov.br/areaimprensa/entrevistas\\_artigos/artigos/brasilsem-homofobia](http://www.spm.gov.br/areaimprensa/entrevistas_artigos/artigos/brasilsem-homofobia)> acessado em: 25 de maio de 2018.

Sposati, Aldaíza. **A fluidez da inclusão/exclusão social.** Disponível em:<[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252006000400002](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400002)> acessado em: 26 de maio de 2018.

SSEX BBOX. **Bandeiras.** Disponível em: <<http://www.ssexbbox.com/2019/05/bandeiras/>> acessado em: 20 de agosto de 2018.

Stoodi. **Movimento LGBT: o que é, história e muito mais!.** Disponível em: <<https://www.stoodi.com.br/blog/2019/02/07/movimento-lgbt-o-que-e/>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

TREVISAN, Janine; **A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro Evangelical Parliamentary Front: political strength at the laico brazilian state.** Numen: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 581-609.

UFRJS. **Métodos de pesquisa.** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> acessado em: 2 de novembro de 2018.

Uneb. **A Atuação do Serviço Social nos Casos Oficiais de Homofobia na SSP/SE Entre os Anos de 2010 e 2013.** Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/comunica%C3%A7%C3%A3ooralmoisesmenezes.pdf>> acessado em: 22 de abril de 2018.

Universidade Brasil. **Cidadania LGBT e Leis de Proteção.** Disponível em: <<http://universidadebrasil.edu.br/portal/cidadania-de-lgbt-e-leis-de-protecao/>> acessado em 22 de abril de 2018.

Uniceub, **Representatividade LGBT na TV dobra nos últimos 18 anos.** Disponível em: <<http://www.agenciadenoticias.uniceub.br/representatividade-lgbt-na-tv-dobra-nos-ultimos-18-anos/>> acessado em: 20 de janeiro de 2020.

Urutagua. **O Conceito Exclusão e seus Dilemas.** Disponível em: <[http://www.urutagua.uem.br/005/19soc\\_neuhold.htm](http://www.urutagua.uem.br/005/19soc_neuhold.htm)> acessado em: 20 de abril de 2018.

UOL. **Além do arco-íris: conheça as outras bandeiras do Orgulho LGBTQ+.** Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/06/14/conheca-as-outras-bandeiras-do-orgulho-lgbtq.htm?cmpid=copiaecola>> acessado em: 20 de maio de 2019.

UOL. Congresso Nacional nunca aprovou nenhuma lei voltada para direitos LGBT. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/06/06/congresso-nacional-nunca-aprovou-nenhuma-lei-voltada-para-direitos-lgbt.htm>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

Vera Telles. **Cidadania e Pobreza.** Disponível em: <<http://www.veratelles.net/2013/04/01/cidadania-e-pobreza/>> acessado em 20 de abril de 2018.

Veja. **7 conquistas – e um grande desafio – dos LGBT nos últimos 20 anos.**  
Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/ciencia/7-conquistas-e-um-grande-desafio-dos-lgbt-nos-ultimos-20-anos/>> acessado em: 8 de novembro de 2019.

VIANNA, Adriana R. B.; LACERDA, Paula. **Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual.** Rio de Janeiro: CLAM/IMS, 2004.

**ANEXOS:** Fotos da participação dos pesquisadores durante a parada LGBTQI+, na cidade de Santos-SP, em 2019.







